

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) MARCO ANTONIO NEPOMUCENO DA COSTA FILHO

LEÕES DO CONGO:

a Guerra por Procuração na Rebelião dos *Simbas*.

Rio de Janeiro

2022

CC (FN) MARCO ANTONIO NEPOMUCENO DA COSTA FILHO

LEÕES DO CONGO:

a Guerra por Procuração na Rebelião dos *Simbas*.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Ricardo Russio Carvalhaes

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2022

AGRADECIMENTOS

Ao nosso Deus, por ser o Senhor do meu destino, pela força e pela luz que coloca no meu caminho.

Ao Brasil, pela honra de entregar-lhe minha própria vida.

À minha linda esposa, Alexandra Nepomuceno, pela nossa família, pelo amor diário, pelos inúmeros momentos de sacrifício, pelo companheirismo dos últimos treze anos e por todos os sonhos que vivemos e que ainda viveremos juntos.

Aos meus filhos Caio e Isabella Nepomuceno, por serem a alegria da minha alma, meu maior combustível e a mais verdadeira expressão do amor.

Aos meus pais Marco Antonio e Maria de Fatima, por tudo que fazem por mim, por todo amor, por serem meus heróis e minha diuturna motivação para lutar.

À minha avó Armanda e à minha tia Dulce, pelo amor de mãe que cultivaram ao longo da minha vida, pelo apoio incondicional e por sempre estarem ao meu lado.

Ao meu padrinho Artur, por sempre acreditar em mim, por demonstrar tanto orgulho e por estar comigo a cada passo e a cada vitória.

Aos meus sogros Carlos e Isabel, por me confiarem sua pedra mais preciosa.

Aos meus parentes e amigos, por todos os momentos que estivemos juntos e pelas contribuições à formação da pessoa que me tornei.

Àqueles que ombream comigo em tantas missões ao longo da minha carreira, pela camaradagem, pelo aprendizado e por terem ajudado a forjar o militar que sou hoje.

Ao meu orientador, CF Ricardo Russio Carvalhaes, por todo empenho e dedicação em me prover tão valiosas contribuições ao longo da elaboração do presente trabalho.

Por fim, à Escola de Guerra Naval e todo seu corpo docente, pelos ensinamentos e pela dedicação em cumprir sua missão. Lembrai-vos da guerra!

RESUMO

A Rebelião dos *Simbas*, entre 1963 e 1965, constituiu-se episódio marcante e decisivo durante a Crise do Congo, de 1960 a 1965, ocorrida durante o período da Guerra Fria, que se estendeu de 1947 a 1989. Em meio ao conflito, provocado pelo crescimento de um movimento revolucionário, de viés comunista, localizado a leste da então República do Congo-Léopoldville, tropas a serviço do governo central combateram guerrilheiros do *Conseil National de Libération* (CNL), autointitulados *Simbas*. Houve, ao longo dos embates, intervenções de Estados estrangeiros que, no entanto, em alguns casos, não atuaram abertamente com emprego de força militar em operações de enfrentamento. Essa característica indireta de participação de atores externos sugeriu, em princípio, a natural classificação desse conflito sob o conceito de Guerra por Procuração, cujo contexto e fundamentos, de modelo atualizado, propostos por Andrew Mumford, em 2013, foram apresentados e analisados para conceber o presente estudo. O objetivo, então, foi contrastar a teoria de Mumford à Rebelião dos *Simbas*. Utilizou-se, para esse fim, a atuação dos Estados Unidos da América (EUA) e da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS) no transcorrer desse evento. Priorizou-se, assim, o método comparativo a fim de contrapor teoria e realidade, notadamente fundamentado em pesquisa bibliográfica. Concluiu-se, então, que apenas a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas atuou de maneira aderente à teoria de Mumford. Os Estados Unidos da América, por sua vez, participaram diretamente das hostilidades. Destaque-se, ainda, que a classificação da participação externa em conflitos como Guerra por Procuração não é tarefa trivial, pois demanda análise minuciosa, alicerçada em preceitos teóricos precisos e criteriosos. Sugere-se, por isso, consolidar linhas de pesquisas geopolíticas e estratégicas, com ênfase nesse tema, a fim de ampliar, sobremaneira, a consciência sobre contendas atuais e a compreensão acerca de eventos futuros.

Palavras-chave: Congo. Rebelião dos *Simbas*. Guerra por Procuração. Contenção. Coexistência Pacífica.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa das províncias da República do Congo-Léopoldville	55
Figura 2 – Congolezes trabalhando na produção de borracha, em 1897	56
Figura 3 – Congolês observando os membros decepados do próprio filho, em 1904	57
Figura 4 – Orfanato de missionárias no Congo Belga	58
Figura 5 – Família de <i>évolués</i> em Léopoldville, entre as décadas de 1940 e 1950	59
Figura 6 – Reunião política de <i>évolués</i> , em 1959	60
Figura 7 – Repressão a protesto de congolezes por membros da <i>Force Publique</i>	61
Figura 8 – Dia da Independência da República do Congo-Léopoldville	62
Figura 9 – Tropa da <i>Force Publique</i> , comandada por oficial belga, em julho de 1960	63
Figura 10 – Militares do <i>Armée National Congolaise</i>	64
Figura 11 – Mapa das regiões em crise na RCL, entre 1960 e 1963	65
Figura 12 – Membros do contingente irlandês da ONU, em 1960	66
Figura 13 – Prisão de Patrice Lumumba, em 1960	67
Figura 14 – Membros do contingente irlandês da ONU em operação	68
Figura 15 – Moïse Tshombe com o Comandante belga das forças de Katanga, em 1961	69
Figura 16 – John Kennedy e Mobutu, na Casa Branca, em 13 de junho de 1963	70
Figura 17 – Mapa das regiões controladas por rebeldes em 1964	71
Figura 18 – <i>Simbas</i> , em 1964	72
Figura 19 – Mapa da República Democrática do Congo	73
Figura 20 – Mercenários, a serviço do governo central, em combate a leste da RCL	74
Figura 21 – Aeronave C-130, da Força Aérea dos EUA, na Operação Dragão Vermelho	75
Figura 22 – Paraquedistas belgas, em Stanleyville, na Operação Dragão Vermelho	76

Figura 23 – Armamentos fabricados na ex-URSS, encontrados a leste da RCL	77
Figura 24 – O Urso e a Águia, símbolos da ex-URSS e dos EUA	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANC -	<i>Armée National Congolaise</i>
CIA -	<i>Central Intelligence Agency</i>
CNL -	<i>Conseil National de Libération</i>
ELC -	Estado Livre do Congo
EUA -	Estados Unidos da América
Ex-RDA -	Ex-República Democrática Alemã
Ex-URSS -	Ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
KGB -	<i>Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti</i>
MNC -	<i>Mouvement National Congolais</i>
ONU -	Organização das Nações Unidas
ONUC -	<i>Opération des Nations Unies au Congo</i>
RCL -	República do Congo-Léopoldville

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A GUERRA POR PROCURAÇÃO	11
2.1	CONTENÇÃO E COEXISTÊNCIA PACÍFICA	12
2.2	CONCEITUANDO A GUERRA POR PROCURAÇÃO	16
2.3	A TEORIA DE MUMFORD E A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	20
3	CONGO: DO ESTADO LIVRE À REPÚBLICA DE LÉOPOLDVILLE	22
4	LEÕES SEM REI: A REBELIÃO DOS <i>SIMBAS</i>	31
5	LEÕES EM NOME DO URSO: A VERDADEIRA GUERRA POR PROCURAÇÃO	41
5.1	EQUIVALÊNCIAS ENTRE O URSO E A ÁGUIA NA REBELIÃO DOS <i>SIMBAS</i>	42
5.2	O URSO NA REBELIÃO DOS <i>SIMBAS</i>	43
5.3	A ÁGUIA NA REBELIÃO DOS <i>SIMBAS</i>	44
5.4	<i>SIMBAS</i> POR PROCURAÇÃO	47
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	52
	ANEXOS	55

1 INTRODUÇÃO

Observa-se, no decorrer do século XXI, a caracterização de diversos conflitos, notadamente sob a influência do conceito de Guerra por Procuração. A denominação, por seu turno, faz referência à participação indireta de atores externos, motivados por interesses próprios e por outras demandas, materializada, sobremaneira, por meio de apoios diversos a grupos em combate. A concepção original, no entanto, foi inspirada na realidade instaurada durante a Guerra Fria (1947-1989), quando os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS) disputavam hegemonia no tabuleiro geopolítico. Essa modalidade de conflito, ademais, evitou embate direto, que, se deflagrado, provavelmente alcançaria proporções globais, precisamente por indicar o uso de armamentos nucleares.

Destaque-se, porém, que essa bipolaridade terminou com a derrocada da ex-URSS. Os conflitos, a despeito disso, mantiveram-se em várias regiões, sobretudo em Estados em desenvolvimento. Essas contendidas, por sua vez, incorporaram elementos, porém ainda permaneceram concebidas com a participação, aparentemente indireta, de atores externos, habitualmente hegemônicos em diversas especificidades. A conceituação original de Guerra por Procuração necessitava, dessa maneira, de atualização diante da realidade atual. Essa nova formulação foi apresentada, em 2013, por Andrew Mumford¹, responsável por modernizar seus fundamentos.

¹ Andrew Mumford é Professor Titular em Estudos de Guerra, na Escola de Política e Relações Internacionais da Universidade de Nottingham, no Reino Unido, e pesquisador no Centro Internacional para o Estudo do Terrorismo da Universidade Estadual da Pensilvânia (EUA), tendo lecionado anteriormente nas Universidades de Sheffield e Hull, ambas também no Reino Unido. O autor, além disso, é PhD em Relações Internacionais pela Universidade de Warwick, no Reino Unido (MUMFORD, [2021]).

O continente africano, nesse contexto, que atrai diversos interesses externos e dispõe de Estados institucionalmente frágeis, reúne, sob perspectivas contemporâneas, características para o provável emprego de Guerra por Procuração. A região ocidental desse continente, a propósito, é parte do Entorno Estratégico Brasileiro. Destaque-se, por seu turno, a República Democrática do Congo, notadamente em razão de sua extensão territorial, localização, grande população e riquezas naturais.

Ressalte-se, pois, que a recorrência a menções feitas à Guerra por Procuração e a notória importância político-econômica da República Democrática do Congo no contexto africano justificam a relevância de estudá-los conjuntamente. O estudo, para isso, destaca a Rebelião dos *Simbas*, ocorrida no Estado supracitado, entre 1963 e 1965, que, para além da importância histórica, registra indícios de participação indireta dos EUA e da ex-URSS, ademais em razão da sua contemporaneidade à concepção original da teoria ora destacada.

Objetiva-se, assim, contrastar a teoria de Mumford à Rebelião dos *Simbas*, por meio de um desenho de pesquisa de comparação entre teoria e realidade, fundamentado em revisão bibliográfica.

O propósito, portanto, é responder à questão principal da pesquisa: as atuações dos EUA e da ex-URSS, durante a Rebelião dos *Simbas*, conceberam-se aderentes à teoria de Guerra por Procuração, de Andrew Mumford?

Almeja-se, além disso, produzir respostas às seguintes perguntas complementares, a fim de auxiliar o entendimento da questão central: Quais foram as contribuições do contexto de bipolaridade da Guerra Fria para os fundamentos da Guerra por Procuração e para o caso histórico analisado pelo presente estudo? Quais são os principais fundamentos da teoria de Mumford? Quais são os antecedentes e principais aspectos da Rebelião dos *Simbas*?

A despeito da utilização empírica do termo Guerra por Procuração, que o associa diretamente à participação de atores externos que não combatem abertamente em um conflito, não foram definidas hipóteses a serem testadas, notadamente em razão de características dos questionamentos que serão respondidos no fim da análise.

A pesquisa, a propósito, será organizada e apresentada em seis capítulos. Após a presente introdução, o segundo capítulo destacará a fundamentação teórica, com ênfase em primados do pensamento geopolítico, político e estratégico que propiciaram a concepção original de Guerra por Procuração, além dos conceitos formulados por Karl W. Deutsch, em 1964, e do modelo atualizado, proposto por Mumford em 2013.

O terceiro capítulo, por conseguinte, apresentará recorte significativo da história da República Democrática do Congo, desde a fundação do Estado Livre do Congo (ELC) até os primeiros anos da década de 1960, com ênfase em fatos relevantes ao surgimento da Rebelião dos *Simbas*.

Por sua vez, o quarto capítulo ressaltará os principais acontecimentos referentes à Rebelião dos *Simbas*, com a devida relevância à atuação dos EUA e da ex-URSS nesse conflito.

A seguir, o quinto capítulo identificará os principais tópicos da atuação dos EUA e da ex-URSS durante a Rebelião dos *Simbas*, dedicando-se, ainda, a contrastá-los com a teoria de Guerra por Procuração, atualizada por Andrew Mumford.

Finalmente, o sexto e último capítulo fará considerações finais, fundamentadas em evidências e em resultados obtidos, considerações e explanações acerca da questão central e de recortes complementares pesquisados.

2 A GUERRA POR PROCURAÇÃO

Encontra-se, atualmente, em artigos, reportagens, em redes sociais e em obras do Direito, recorrência ao emprego do termo Guerra por Procuração. Essas publicações, que tematizam conflitos da atualidade, fazem referência, por vezes empírica, a situações em que Estados apoiam financeira ou materialmente um dos lados de uma contenda, sem, no entanto, empregarem diretamente as próprias forças armadas nesses embates.

Essa estratégia, a propósito, não é novidade, tampouco se constitui legado do período da Guerra Fria. Trata-se, sim, de procedimento, utilizado por Estados, amplamente documentado na História: durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), a própria ex-URSS apoiou comunistas locais, por meio do envio de 2.000 assessores militares e do financiamento de armamentos. Recrutou, além disso, cerca de 40.000 voluntários, de todo o mundo, para se juntarem às suas fileiras. Ressalte-se, no entanto, que não houve a participação direta de nenhum integrante das forças armadas soviéticas nesse conflito (PORTER, 1984).

Registre-se, porém, que o presente trabalho não objetiva analisar hipóteses acerca de uma possível adequação de preceitos da sua teoria basilar a esse fato histórico destacado. O exemplo do parágrafo anterior, portanto, traduz-se em exercício retórico a fim de somente demonstrar que a estratégia de participar indiretamente de conflitos é, de fato, anterior à criação do termo Guerra por Procuração. Reitere-se, ainda, que, por um período significativo, não houve publicação de estudos específicos sobre esse procedimento. Essa constatação, assim, propicia correlacionar a formulação científica ao momento em que ela se tornou recorrente e, dessa forma, consolidou-se relevante.

O presente capítulo, pois, abordará o contexto que originou a teoria de Guerra por Procuração e os fundamentos da primeira tentativa de definição dessa estratégia, elaborada

por Karl W. Deutsch (1964). Haverá, ainda, o devido destaque à teoria basilar do presente trabalho, concebida por Andrew Mumford (2013), que, por sua vez, aprimorou conceitos inicialmente formulados, a fim de conceder-lhes aplicabilidade em conflitos contemporâneos.

2.1 CONTENÇÃO E COEXISTÊNCIA PACÍFICA

Em 1964, em plena vigência da Guerra Fria, Deutsch (1912-1992) desenvolveu a primeira definição do conceito de Guerra por Procuração. Os EUA e a ex-URSS disputavam, à época, a hegemonia no Sistema Internacional, orientados por políticas externas, que, sobremaneira, os norteavam a conter avanços de influência antagônica, sem, no entanto, incluir embates diretos que pudessem evoluir a proporções nucleares. Os conflitos por procuração, pois, eram necessários à estabilidade do Sistema Internacional e, por isso, se tornaram proeminentes. Justifica-se, assim, tratar os fatos que propiciaram esse contexto.

Assinale-se, dessa forma, a importância dos estudos de Halford J. Mackinder (1919) e Nicholas J. Spykman (1944), dois precursores do pensamento geopolítico acerca da hegemonia global. Enquanto o primeiro defendia o poder sobre o *Heartland*, que era o centro da região que interligava a Europa, a Ásia e a África e incluía a maior parte da população e dos recursos mundiais, o segundo sustentava que o domínio global estaria vinculado ao controle de uma zona tampão que cercasse o centro de poder defendido por Mackinder, localizada na costa da Europa e da Ásia, denominada *Rimland* (MACKINDER, 1919; SPYKMAN, 1944).

Embora os autores divergissem acerca da melhor estratégia para obter a hegemonia global, havia, no entanto, concordância em um ponto: consideravam perigosa uma

possível aliança entre a Alemanha e a ex-URSS. Assim, a expansão da Zona de Influência Soviética, em direção à Europa Ocidental, significaria vantagem no embate com os EUA. Da mesma forma, o avanço da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em outros continentes seria extremamente prejudicial aos interesses estadunidenses.

O controle do *Rimland* de Spykman, portanto, em oposição ao *Heartland* de Mackinder, significou um dos fundamentos para a teoria de George F. Kennan (1947) que, durante a estada em Moscou, a serviço dos EUA, escreveu telegrama endereçado ao Departamento de Estado, intitulado *As Origens da Conduta Soviética*² (KENNAN, 1947, tradução nossa). Nele, o autor defendeu a Estratégia de Contenção para se contrapor à ameaça do expansionismo soviético e da ideologia socialista (KENNAN, 1947).

Kennan evidenciou que a coexistência entre essas potências seria eivada de rivalidades e que a Estratégia de Contenção dos EUA deveria contrapor a expansão do poder e da influência da ex-URSS, conforme comprova-se no trecho seguinte:

Está claro que os EUA não podem esperar, no futuro próximo, uma intimidade política com o regime Soviético. Devem continuar a vê-lo como rival, não como parceiro, na arena política. Devem continuar a esperar que as políticas Soviéticas não reflitam nenhum amor abstrato pela paz e estabilidade, nenhuma fé verdadeira na possibilidade de uma coexistência feliz e permanente dos mundos socialista e capitalista, mas sim uma pressão cautelosa e persistente para a ruptura e o enfraquecimento de toda influência e do poder rivais³ (KENNAN, 1947, p. 580-581, tradução nossa).

A perspectiva de Kennan seria, de fato, consubstanciada pelo líder da Revolução Bolchevique de 1917, Vladimir Lenin, que, no Sétimo Congresso do Partido Comunista da ex-

² No original em inglês: “*The Sources of Soviet Conduct*”

³ No original em inglês: “*It is clear that the United States cannot expect in the foreseeable future to enjoy political intimacy with the Soviet regime. It must continue to regard the Soviet Union as a rival, not a partner, in the political arena. It must continue to expect that Soviet policies will reflect no abstract love of peace and stability, no real faith in the possibility of a permanent happy coexistence of the Socialist and capitalist worlds, but rather a cautious, persistent pressure toward the disruption and weakening of all rival influence and rival power*”

URSS, afirmou: “considerando o ponto de vista histórico-mundial, indubitavelmente não haverá nenhuma esperança da vitória final da nossa revolução se ela ficar sozinha, se não houver movimentos revolucionários em outros Estados”⁴ (LENIN, 1918, p. 91, tradução nossa). Ninguém, no entanto, contribuiria mais decisivamente para a concepção da Estratégia da Contenção do que seu sucessor na liderança da ex-URSS, Josef Stalin (1878-1953).

Em carta redigida em 1938, Stalin não falava em Contenção. Contudo, defendia uma política que, na prática, impediria a expansão internacional do capitalismo, ao condicionar a vitória do socialismo ao fortalecimento das Forças Armadas da ex-URSS e ao fomento de modelos bem-sucedidos em outros Estados, por meio de assistência proporcionada pela classe proletária, que garantiriam a inviolabilidade do território soviético contra invasões dos EUA e de seus aliados (STALIN, 1938).

Outro ponto fundamental para Kennan era a visão de Stalin sobre a inevitabilidade de guerras entre Estados de modelos capitalista e socialista. Comprova-se essa evidência no discurso de vitória nas eleições do Partido Comunista da ex-URSS, de 1946:

Talvez guerras catastróficas pudessem ser evitadas se fosse possível periodicamente redistribuir matérias-primas e mercados entre os respectivos Estados em conformidade com seu peso econômico por meio de ações concertadas e pacíficas decisões. Mas isso é impossível nas atuais condições capitalistas do desenvolvimento econômico mundial⁵ (STALIN, 1946, p. 22-23, tradução nossa).

Pode-se confirmar, assim, com base no avanço soviético sobre a sua zona de influência no Leste Europeu e, ainda, sob a perspectiva dos líderes da ex-URSS, que a análise

⁴ No original em inglês: “*Regarded from the world-historical point of view, there would doubtlessly be no hope of the ultimate victory of our revolution if it were to remain alone, if there were no revolutionary movements in other countries.*”

⁵ No original em inglês: “*Perhaps catastrophic wars could be avoided if it were possible periodically to redistribute raw materials and markets among the respective countries in conformity with their economic weight by means of concerted and peaceful decisions. But this is impossible under the present capitalist conditions of world economic development.*”

de Kennan era pertinente àquele contexto. O então presidente dos EUA, Harry S. Truman (1884-1972), centrado em sua estratégia, deflagrou o início da Guerra Fria, ao lançar, em 1947, a Doutrina Truman ou Política de Contenção, que defendia: “deve ser a política dos EUA apoiar os povos livres que resistem à tentativa de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas”⁶ (EUA, 1947, p. 5, tradução nossa).

Do lado da ex-URSS, com a Doutrina Truman em vigor, Nikita Khrushchev (1894-1971), após suceder a Stalin, a partir de 1953, afastou-se das ideias do seu antecessor e redefiniu a política externa soviética, ao lançar a Coexistência Pacífica como teoria basilar. Objetivava, pois, aproximar-se dos EUA; repudiava a guerra como solução; pregava a não interferência em assuntos internos; e, contraditoriamente à obtenção da bomba atômica, defendia acordos de desarmamento nuclear (KHRUSHCHEV, 1959).

Khrushchev, em suas convicções, divergiu de Stalin, ao sustentar que a guerra entre as duas superpotências poderia ser evitada. Concordou com seu antecessor, no entanto, na disposição em impedir intervenções dos EUA em Estados alinhados com a ex-URSS, que receberiam suporte financeiro, técnico, material e militar, e em apoiar, de forma velada, movimentos revolucionários a fim de implantar regimes comunistas.

A Contenção e a Coexistência Pacífica, dessa forma, significaram, na prática, objetivos similares. Os EUA e a ex-URSS buscavam expandir influências e conter adversários, enquanto evitavam conflitos diretos e a guerra nuclear.

Revelava-se, portanto, a importância de atuar indiretamente em conflitos, estratégia recorrente no contexto de bipolaridade da Guerra Fria. Justificava-se, assim, a

⁶ No original em inglês: “*it must be the policy of the United States to support free peoples who are resisting attempted subjugation by armed minorities or by outside pressures.*”

busca pela formulação científica do advento de Guerra por Procuração e a consequente legitimação de seus conceitos fundamentais.

2.2 CONCEITUANDO A GUERRA POR PROCURAÇÃO

Karl W. Deutsch (1912-1992) desenvolveu o conceito original de Guerra por Procuração, enunciando-o da seguinte forma:

Um conflito internacional entre duas potências estrangeiras, travado em solo de um terceiro Estado; disfarçado de conflito por uma questão interna daquele Estado; e que emprega efetivos, recursos e território daquele Estado como meio para alcançar, preponderantemente, objetivos e estratégias das potências estrangeiras⁷ (DEUTSCH, 1964, p. 102, tradução nossa).

De fato, durante a Guerra Fria, as duas superpotências evitavam o enfrentamento direto, diante do risco de escalada a um conflito nuclear e ante à percepção de que os custos políticos, financeiros e materiais tornariam essa opção inviável, injustificável e ilegítima. A Guerra por Procuração, por tudo isso, significava recurso extremamente vantajoso.

Percebe-se, no entanto, na definição formulada por Deutsch, que a tentativa inicial de conceituação de Guerra por Procuração restringia sobremaneira sua aplicação. A limitação, por sua vez, devia-se ao fato de que essa concepção, centrada inteiramente no Estado, negava o devido destaque ao papel que atores não estatais poderiam desempenhar, e, ainda, considerava que a questão interna que justificaria o conflito seria apenas um disfarce para as reais motivações, que, de fato, seriam os interesses de potências estrangeiras.

⁷ No original em inglês: *“An international conflict between two foreign powers, fought out on the soil of a third country; disguised as a conflict over an internal issue of that country; and using some of that country’s manpower, resources and territory as a means for achieving preponderantly foreign goals and foreign strategies”*

Impunha-se, dessa forma, a necessidade de formulação de Guerra por Procuração com escopo mais amplo, capaz, assim, de analisar melhor a atuação de diversos atores e que, adicionalmente, fosse exequível em diferentes momentos históricos. Andrew Mumford (2013), nesse sentido, atualizou o conceito, dando-lhe a seguinte definição:

As Guerras por Procuração são o envolvimento indireto em um conflito por terceiros que desejam influenciar seu resultado estratégico. Eles são constitutivos de uma relação entre um benfeitor, que é um ator estatal ou não estatal, externo à dinâmica de um conflito existente, e seus representantes escolhidos, que são as fontes de armas, treinamento e financiamento do benfeitor. Tais intervenções à distância são realizadas ostensivamente com o objetivo de maximizar a consecução de interesses e, ao mesmo tempo, minimizar o risco envolvido. Em suma, as Guerras por Procuração são o substituto lógico para os Estados que buscam promover seus próprios objetivos estratégicos, mas que, ao mesmo tempo, evitam se envolver em guerras diretas, caras e sangrentas⁸ (MUMFORD, 2013, p. 11, tradução nossa).

Mumford identifica a intervenção indireta como pilar fundamental de Guerra por Procuração, convicção que acompanha a ideia proposta por Deutsch. Essa teoria, no entanto, apresenta evoluções ao não incluir interesses externos entre fatos geradores de contendas. Trata-se, pois, de tentativa, por parte de atores extrínsecos àquela dinâmica, de influenciar conflitos preexistentes, internacionais ou internos, em prol de interesses próprios.

Existe, ainda, em relação à intervenção indireta, fundamentalmente por constituir-se conceito amplo, a necessidade de diferenciá-la de casos que não se enquadram na Guerra por Procuração, como as ações diretas e as Operações Encobertas⁹.

As ações diretas, a propósito, são aquelas em que há participação objetiva, mesmo

⁸ No original em inglês: *“Proxy wars are the indirect engagement in a conflict by third parties wishing to influence its strategic outcome. They are constitutive of a relationship between a benefactor, who is a state or non-state actor external to the dynamic of an existing conflict, and their chosen proxies who are the conduit for weapons, training and funding from the benefactor. Such arm’s-length interventions are undertaken ostensibly for reasons of maximizing interest, while at the same time minimizing risk. In short, proxy wars are the logical replacement for states seeking to further their own strategic goals yet at the same time avoid engaging in direct, costly and bloody warfare.”*

⁹ “Operação destinada a influenciar governos, eventos, organizações ou pessoas de forma a não ser necessariamente atribuída à potência patrocinadora; pode incluir atividades políticas, econômicas, de propaganda ou paramilitares” (MUMFORD, 2013, p. 24, tradução nossa)

que dissimulada, de militares do benfeitor em um conflito. Há, no entanto, exceções em que se considera não haver enquadramento nessa definição, como em casos de atuação direta em hostilidades, deflagrada por determinada força substituta, que, segundo Mumford, consubstanciaria força militar ou paramilitar, externa à dinâmica de beligerância internacional ou interna, cuja atuação representaria interesses estratégicos de terceiros (MUMFORD, 2013).

Registre-se, ainda, outro procedimento recorrente durante a Guerra Fria: o envio de mercenários, remunerados pela potência patrocinadora, para que atuassem diretamente em conflitos. Por não haver participação de tropas oficiais do agente benfeitor, no entanto, o autor entende, nessa situação, envolvimento apenas indireto (MUMFORD, 2013).

Sublinhe-se, adicionalmente, que financiamentos concedidos pelo benfeitor a um ator beligerante; o envio de tropas de potência patrocinadora, destinadas exclusivamente a funções de assessoria militar e treinamento de forças locais; e a provisão de suprimentos, armamentos e meios de guerra, mesmo que contribuam para o desempenho de participantes de conflitos, caracterizam apenas intervenção indireta (MUMFORD, 2013).

Em relação às Operações Encobertas, por sua vez, não se enquadram no conceito de Guerra por Procuração os casos em que um ator externo realiza ações, dentro da zona de conflitos, com emprego de elementos do serviço de inteligência ou de operações especiais. A atuação desses efetivos, no entanto, fundamentalmente em atividades de treinamento e de assessoramento é classificada como intervenção indireta (MUMFORD, 2013).

Existem, entretanto, outros casos contemplados no conceito de Guerra por Procuração, justamente por serem classificados como intervenções indiretas, a saber: a cessão de conhecimentos próprios a serviços de inteligência; o financiamento de elementos de serviço secreto e de forças especiais, externos ao benfeitor, para atuação direta em

conflitos; e a tentativa de influenciar embates por meio de disseminação de propaganda ou de desinformação (MUMFORD, 2013).

Percebe-se, após a definição e a diferenciação de intervenções indiretas, de ações diretas e de Operações Encobertas, que há singularidades na maneira de empreender combates. Essas características, a propósito, podem afastá-los da conceituação expressa na teoria de Mumford. O autor define, adicionalmente, outras variáveis presentes em conflitos por procuração: a localização geográfica; quem o empreende; e quais são as motivações de atores externos à dinâmica de hostilidades consumadas.

Depreende-se relevante, assim, em relação à localização geográfica, ações ocorridas na zona de conflitos, a fim de que sejam contempladas no conceito de Guerra por Procuração. De acordo com o autor, podem coexistir, em um único Teatro de Operações, ações diretas e Operações Encobertas. Essa condição dependerá, substancialmente, da participação indireta de atores externos à dinâmica de determinada contenda e da efetiva intervenção direta de outros em combates (MUMFORD, 2013).

Considera-se, evidentemente, quando se trata de localização geográfica de Guerra por Procuração, a repercussão causada por ações e não exatamente onde estão localizados fisicamente os benfeitores, uma vez que, em tese, um agente financiador pode influenciar um conflito ainda que se mantenha a milhares de quilômetros de distância das hostilidades.

Mumford, por sua vez, ao tratar acerca de quem empreende uma Guerra por Procuração, identificou atores estatais e não estatais, nacionais e internacionais, em busca de interesses estratégicos, como possíveis benfeitores, excluindo dessa definição a Organização das Nações Unidas (ONU) e as entidades de ajuda humanitária, por objetivarem a paz e a redução do sofrimento humano. O autor, além disso, não restringiu esse papel a um ator de

maior destaque político ou econômico. Conflitos por procuração, portanto, podem envolver a participação de determinada potência ou organização não estatal de grande expressão a representar um Estado ou mesmo um órgão não estatal de menor porte (MUMFORD, 2013).

Mumford, a esse respeito, propõe, em relação às motivações de atores externos à dinâmica de hostilidades, duas classes principais: interesses, de qualquer natureza, ou ideologia. As Guerras por Procuração, logo, podem ser provocadas por um desses fatores ou pela combinação de ambos (MUMFORD, 2013).

Em resumo, a segunda tentativa de formulação científica de Guerras por Procuração obteve êxito ao definir escopo mais amplo, que melhor analisasse a importância de diversos atores e, ainda, que não provocasse percepção equivocada de constituir-se prática anacrônica. Esse tema permanece relevante, notadamente em resposta ao contexto contemporâneo, caracterizado por ser volátil, incerto, complexo e ambíguo. Essa realidade é, portanto, suscitada pela velocidade da informação e por múltiplas interações entre partes com interesses distintos. Igualmente, essa percepção chancela diversos casos históricos ocorridos durante a Guerra Fria como importantes lições aprendidas, já que a conjuntura atual contempla influências daquele pretérito inscrito em narrativas (GERRAS, 2010).

2.3 A TEORIA DE MUMFORD E A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Assinale-se que o contexto político-estratégico do momento em que Deutsch elaborou a primeira tentativa de conceituação de Guerra por Procuração foi decisivo para a concepção de uma teoria centrada na participação indireta em conflitos. Independentemente

de restrições de finalidade dessa versão, seu pilar fundamental é o elemento de maior importância para a devida compreensão dessa estratégia. A teoria de Mumford, por sua vez, herdou esse elemento vital, mas corrigiu diversas limitações da obra que, a ele, serviu como base, modernizando características e tornando-as aplicáveis a conflitos da atualidade.

Os conflitos registrados no pós-Guerra Fria, muitos deles internos, foram travados em zonas localizadas em Estados em desenvolvimento. A África Ocidental, nesse contexto, foi palco de diversos desses combates, como na própria República Democrática do Congo (1996-2003), onde, além da intervenção de uma coalizão militar de outros Estados africanos, houve a participação de diversos grupos armados estrangeiros (STEARNS, 2012).

Esse exemplo, a propósito, é apenas um dos que demonstram a recorrência de situações de instabilidade política, econômica e social que acometem alguns Estados como a República Democrática do Congo. Estabeleceu-se, em contextos análogos, o expediente de recorrer à ajuda externa a fim de dissuadir grupos rebeldes ou dissidentes responsáveis por liderar movimentos internos em troca de dinheiro ou de manutenção de privilégios e demais interesses daqueles que prestavam assistências a governos (NZONGOLA-NTALAJA, 2002).

A teoria de Mumford, por características intrínsecas, vinculada à participação de atores externos à dinâmica de conflitos, pode auxiliar a compreensão de fatos históricos em Estados como a República Democrática do Congo¹⁰. O presente trabalho, pois, abordará, a partir do próximo capítulo, se a Guerra por Procuração, formatada ao contexto atual, tem aplicação ao início da história pós-colonial desse importante Estado da África Ocidental, quando a Contenção e a Coexistência Pacífica influenciavam os acontecimentos da Guerra Fria.

¹⁰ O presente trabalho, doravante, fará referência à República Democrática do Congo por sua nomenclatura oficial no período histórico que estiver sendo abordado: Estado Livre do Congo (ELC), entre 1885 e 1908; Congo Belga, entre 1908 e 1960; e República do Congo-Léopoldville (RCL), entre 1960 e 1965.

3 CONGO: DO ESTADO LIVRE À REPÚBLICA DE LÉOPOLDVILLE

O Congo reúne características típicas ao continente que integra. É constituído por povos que transcendem fronteiras e habitam territórios vizinhos. Trata-se de região rica, com localização central na África. Ali coabitam, aproximadamente, 250 grupos étnicos, unidos por culturas afins: a maioria dessas etnias dominam idiomas bantas, compartilham tradições e sofrimentos impostos pelo tráfico de escravos (NZONGOLA-NTALAJA, 2002).

O contexto da década de 1870 sugeria a extinção gradual desse mercado e a busca pela legitimação dos interesses de Estados desenvolvidos. O então monarca do Reino da Bélgica¹¹, Léopold II (1835-1909), liderou, em 1876, durante a Conferência Geográfica Internacional de Bruxelas, a declaração de um grupo de empresários, geógrafos e médicos, que expressava, em tese, desejo de ampliar conhecimentos sobre a África e, adicionalmente, combater o comércio de escravos.

Esse discurso aparentemente comprometido com causas benignas, revelou-se, mais tarde, pretexto, habilmente utilizado pelo monarca belga, para ampliar domínios e obter acesso a riquezas. Léopold II escondeu intenções em explorar recursos naturais e os próprios nativos do Congo com improváveis propósitos humanitários.

O monarca nomeou o jornalista britânico Henry Morton Stanley (1841-1904) para chefiar expedição à bacia do Rio Congo. Esse emissário obteve, entre 1879 e 1884, a cessão de territórios, e liderou a implantação de infraestrutura nas regiões que sediariam as cidades de Léopoldville e Stanleyville¹² (FIG. 1, ANEXO A). Essas conquistas, por sua vez, propiciaram a justificativa para requerer soberania integral do território (NZONGOLA-NTALAJA, 2002).

¹¹ O presente trabalho, doravante, utilizará o nome *Bélgica* para referir-se ao Reino da Bélgica.

¹² Atualmente correspondem, respectivamente, às cidades de Kinshasa e Kisangani.

Léopold II, em 1885, obteve o reconhecimento de potências colonialistas às suas reivindicações e autorização do poder legislativo belga para tornar-se soberano de um reino independente. O monarca, assim, proclamou a fundação do Estado Livre do Congo (ELC).

A economia do ELC seria controlada por Léopold II e por grupos empresariais que investiriam na construção de ferrovias, portos e instalações de mineração. Essas operações, no entanto, não produziram retorno imediato. Os lucros provieram da borracha e do marfim.

As comunidades congolezas, a partir de 1891, foram obrigadas a ceder quotas mínimas desses produtos aos colonizadores (FIG. 2, ANEXO B). Os que se recusassem ou não alcançassem o quinhão previsto eram submetidos a punições, que incluíam mutilações e execuções (FIG. 3, ANEXO C). As péssimas condições de vida provocavam mortes por desnutrição e outras doenças. Calcula-se, entre 1885 e 1911, que a população do ELC foi reduzida em cerca de 65% (NZONGOLA-NTALAJA, 2002).

As riquezas extraídas do Congo, por sua vez, financiaram obras de infraestrutura e construções na Bélgica. O Estado deve boa parte do crescimento econômico a riquezas extraídas da África. O ELC, inversamente, não foi compensado com recursos para a melhoria de condições de vida da população.

O regime draconiano de Léopold II provocou reação na Europa. Não se tratava, no entanto, de abolir o colonialismo, porém, ao menos, reformá-lo. Em 1908, o Parlamento da Bélgica cedeu às pressões e aprovou a passagem do ELC à condição de colônia e um novo nome: Congo Belga. Tratava-se, na prática, de substituir o sistema Leopoldiano por um regime ainda opressivo, mas que aplicaria a violência de forma menos latente.

A morte de Léopold II, em 1909, a propósito, o transformou em símbolo de distinção. A violência que marcou a administração dele, portanto, foi, oficialmente,

naturalizada. A Bélgica, durante toda a era colonial, jamais reconheceu os maus-tratos dispensados aos congolezes pelo falecido monarca.

O objetivo seria desenvolver o Congo Belga, a começar pela modernização de ferrovias e portos. Na década de 1920, por sua vez, houve investimentos em mineração. A então colônia tornou-se, pois, um dos maiores produtores mundiais de cobre, cobalto, diamante, urânio, estanho e ouro. Esse desenvolvimento foi à custa de exploração de congolezes, que eram levados às regiões mineiras, como à província de Katanga (FIG. 1, ANEXO A), onde condições insalubres provocavam mortes e escassez de trabalhadores. As companhias locais foram, assim, obrigadas a implementar medidas de proteção a funcionários.

O setor agrícola, com destaque à produção de azeite de dendê, algodão e café, também era lucrativo, e se consolidou como o segundo setor mais importante da economia local. As condições de vida no campo eram, entretanto, igualmente duras e os trabalhadores eram obrigados a alcançar quota mínima para exportação, antes mesmo de atenderem às próprias necessidades (VANTHEMSCHE, 2012).

Oficialmente, no entanto, havia políticas de educação e de saúde pública. Nas décadas de 1920 e 1930, porém, em que a crise econômica atingiu o Congo Belga, e entre 1940 e 1945, quando foi retomado o crescimento, as ações de bem-estar social ficaram a cargo de missões religiosas, que, por sua vez, não conseguiam suprir a demanda (FIG. 4, ANEXO D).

Essa situação provocou revolta na população local. O clamor, a partir de 1946, promoveu melhorias e um novo modelo de administração. Tudo isso foi possível graças à pujança econômica do Congo Belga, estimulada por *commodities* e, também, pela entrada de capital público e privado. Houve investimentos em infraestrutura, em serviços básicos e nas condições de vida, bem como medidas para aumentar o poder aquisitivo, sobretudo nas

idades (FIG. 5, ANEXO E) (VANTHEMSCHE, 2012).

O Congo Belga atingiu, no setor educacional, patamar de liderança entre as colônias africanas. O planejamento da metrópole era de desenvolver força de trabalho alfabetizada e, em longo prazo, constituir elite cultural. Emergiu, a propósito, entre as décadas de 1940 e 1950, uma classe média, formada por trabalhadores, que, antes, ocupavam posições inferiores em empresas e indústrias localizadas nas cidades. Registre-se que o acesso de congolezes à educação superior era incomum. Os cargos gerenciais e executivos, no setor público e privado, eram destinados a belgas.

A ascensão da classe média, embora representasse avanço social, não escondia a desigualdade entre belgas e colonos, sobretudo em estratos de menor poder aquisitivo. Essa realidade, associada ao histórico de exploração, seriam fatores decisivos para justificar a conclamação por independência.

O governo da Bélgica, em vez disso, manteve a postura de utilizar os moderados avanços alcançados para justificar o domínio político e institucional sobre o Congo Belga. Essa posição, porém, gerou, a partir da independência, um obstáculo: não havia, na população nativa, uma elite suficientemente numerosa e capacitada a dirigir um Estado independente.

Identifica-se, ainda assim, a partir de 1956, os primeiros indícios de organização política local, destacadamente em pequenos grupos de congolezes que obtiveram acesso à educação superior na Europa, conhecidos como *évolués*¹³. Esse estrato populacional, visivelmente frustrado pela falta de perspectiva de ascensão, investiu na organização de partidos políticos, entre eles, o *Mouvement National Congolais*¹⁴(MNC), liderado por Joseph

¹³ Evoluídos (ZEILIG, 2008; VANTHEMSCHE, 2012, tradução nossa).

¹⁴ Movimento Nacional Congolês (NAMIKAS, 2013, tradução nossa).

Iléo (1921-1994) e Patrice Lumumba (1925-1961), que se notabilizou pela oposição ao colonialismo belga (ZEILIG, 2008; VANTHEMSCHE, 2012).

Os vários grupos políticos de *évolués* dispunham, inicialmente, de posições nacionalistas moderadas (FIG. 6, ANEXO F). Gradualmente, pois, radicalizaram-se, apoiados por insatisfação popular. Houve, partir de 1959, onda de manifestações de congolezes, frequentemente reprimidas com violência pela *Force Publique*¹⁵ (FIG. 7, ANEXO G). Evidenciava-se, assim, o clamor por independência imediata do Congo Belga (ZEILIG, 2008).

Essa ebulição social surpreendeu o governo belga, que, historicamente, reiterava a disposição de manter domínio sobre a colônia. Não havia, contudo, condições políticas favoráveis para enfrentar movimentos revolucionários e, dessa forma, a independência parecia, cada vez mais, iminente. A Bélgica propôs, no entanto, transição política gradual, estimada em 30 anos. A pressão de partidos, todavia, exigia prazo menor.

Em 1960, uma rodada de negociações foi realizada em Bruxelas. Lumumba pressionou pela organização de um Estado independente, livre, portanto, de interferências da antiga metrópole e com administração centralizada em Léopoldville. A proposta, por seu turno, contrariava os interesses de autonomia da província de Katanga, liderada por Moïse Tshombe (1919-1969).

A Bélgica, por sua vez, concordou com a realização de eleições em maio daquele ano e em conceder Independência à colônia, em 30 de junho de 1960. Sua estratégia consistia em diminuir a insatisfação e, concomitantemente, manter influência sobre decisões do novo Estado. Propôs, assim, a continuidade da elite belga em cargos executivos, públicos e privados, e investiu, simultaneamente, na eleição de líderes aliados, em tentativa de conter o MNC.

¹⁵ Força Pública (ZEILIG, 2008, tradução nossa). Exército local, com função adicional de polícia (ZEILIG, 2008).

A estratégia belga, entretanto, não obteve êxito. Em maio de 1960, o MNC ganhou as eleições. A liderança vencedora, apesar disso, foi pressionada a formar governo de coalizão. Constituiu-se, enfim, em 30 de junho, a República do Congo-Léopoldville (RCL), com Lumumba, como Premiê, e Joseph Kasavubu (1915-1969), aliado à Bélgica, como Presidente (FIG. 8, ANEXO H) (ZEILIG, 2008).

A independência da República do Congo-Léopoldville provocou divisão entre congoleses e belgas: os nativos desejavam vantagens financeiras e ascensão social. Os antigos colonizadores, por sua vez, buscavam governos que agissem em nome de interesses próprios, a fim de que mantivessem posições de influência na sociedade.

Em 5 de julho de 1960, um motim liderado por praças congoleses, no âmbito da *Force Publique* (FIG. 9, ANEXO I), provocou conflitos generalizados entre civis locais e imigrantes. Diante disso, muitos executivos e gerentes de empresas estatais e privadas, oriundos da Bélgica, fugiram da RCL. Com a ausência de nativos para substituí-los, herança perversa da era colonial, o Estado tornou-se institucionalmente disfuncional (ZEILIG, 2008).

Lumumba, contrariando a Bélgica, demitiu oficiais e os substituiu por nativos. O líder promoveu todos os militares em, ao menos, uma graduação, além de mudar o nome *Force Publique*, símbolo da violência colonial, para *Armée Nationale Congolaise*¹⁶ (ANC) (FIG. 10, ANEXO J). Ele nomeou o aliado, Joseph Mobutu (1930-1997), como Chefe do Estado-Maior, mesmo sob indícios de proximidade com as inteligências belga e estadunidense. Esse fato, a propósito, foi crucial a todo o contexto da Crise do Congo, pois ele logo tomaria o comando do ANC e seria decisivo no destino do então Premiê (ZEILIG, 2008).

A Bélgica, em resposta, interveio militarmente para retirar civis e apoiar

¹⁶ Exército Nacional Congolês (NAMIKAS, 2013, tradução nossa).

movimentos de secessão, iniciados em 11 de julho, nas províncias de Katanga, liderada por Tshombe, e em Kasai do Sul (FIG. 11, ANEXO K). A ação belga foi reprovada na ONU e classificada como neocolonialista. Organizou-se, diante disso, a *Opération des Nations Unies au Congo* (ONUC) (FIG. 12, ANEXO L), destinada a substituir parte dessas tropas e supervisionar sua saída da RCL (ABBOTT, 2014).

Lumumba, por sua vez, viajou aos EUA para solicitar apoio. O pedido foi recusado, por ser visto como comunista e, por isso, constituir-se ameaça à estratégica importação de urânio congolês. O Premiê, então, pediu auxílio à ex-URSS, que enviou mais de mil assessores militares, além de aeronaves, veículos e armamentos. Essa atitude confirmou ao regime estadunidense o viés ideológico do então líder do MNC e a necessidade de conter a atuação soviética na RCL, a fim de resguardar o acesso a recursos minerais e, sobremaneira, impedir o estabelecimento de bases para expandir o comunismo na África (ZEILIG, 2008).

Em agosto, o ANC realizou operações contra secessionistas em Kasai do Sul. Esses ataques provocaram a morte de milhares de congoleses e significaram pressão ainda maior dos EUA, que apoiavam os rebeldes. A situação suscitou ruptura entre Lumumba e Kasavubu, além de instaurar crise institucional, na qual houve tentativas mútuas de deposição. Em 14 de setembro de 1960, Mobutu, que havia sido cooptado pela *Central Intelligence Agency* (CIA), liderou um golpe de Estado e assumiu o poder.

Mobutu, a seguir, expulsou militares e diplomatas da ex-URSS. A ONUC reconheceu a legitimidade do novo líder e manteve Lumumba em prisão domiciliar. O novo governo, Tshombe, os EUA e a Bélgica, a propósito, desejavam eliminá-lo. Essa intenção, no entanto, não era viável diante da presença da ONUC. Em dezembro, contudo, o então líder do MNC fugiu para Stanleyville a fim de reatar contatos e de lá iniciar uma revolução. Lumumba

foi detido, sem oposição da ONU, e, em seguida, transferido para Katanga, onde, em janeiro de 1961, foi executado (FIG. 13, ANEXO M). No mês seguinte, portanto, Kasavubu foi reempossado como Presidente e Joseph Iléo nomeado Premiê.

O processo que culminou na execução de Lumumba levou à formação de uma célula rebelde do MNC, em Stanleyville, liderada por Antoine Gizenga (1925 - 2019), que objetivava a secessão das províncias de Orientale e Kivu (FIG. 1, ANEXO A; FIG. 11, ANEXO K). A ex-URSS percebeu situação favorável e liderou um movimento que reconheceu a independência da região (NAMIKAS, 2013).

Em fevereiro de 1961, após o início de hostilidades entre a célula do MNC e o ANC, uma resolução autorizou a ONUC a usar a força para prevenir uma guerra civil (FIG. 14, ANEXO N). Gizenga solicitou, então, apoio financeiro e material à ex-URSS, que concordou em oferecer suporte, porém a dependência de transporte terrestre pela República do Sudão¹⁷ impedia a chegada de provisões a Stanleyville (FIG. 1, ANEXO A). Em julho, diante de situação política insustentável, o então líder dissolveu o regime e selou acordo para integrar um novo governo de coalizão, no qual Kasavubu seguiria Presidente e o Premiê seria Cyrille Adoula (1921-1978). Mesmo frustrado, Khrushchev retomou relações com a RCL e passou a atuar diplomaticamente para impedir novas execuções de presos políticos do MNC, o que protegeria posteriormente o próprio Gizenga.

Com o restabelecimento da normalidade em Orientale e Kivu, apenas Katanga, cujas forças rebeldes haviam sido treinadas, estruturadas e armadas pela Bélgica desde o início do movimento de secessão até os primeiros meses de 1961, empreendia resistência ao governo central (FIG. 15, ANEXO O). Tshombe, no entanto, ainda dispunha de *royalties* de

¹⁷ O presente trabalho, doravante, utilizará o nome *Sudão* para referir-se à República do Sudão.

mineração para contratar mercenários. O ano de 1962, por seu turno, foi marcado pela incapacidade da ONUC para resolver a questão, enquanto o presidente John Kennedy (1917-1963) ponderava realizar ações militares diretas na região, por temer que a independência facilitasse a entrada da ex-URSS na África.

Entre dezembro de 1962 e janeiro de 1963, contudo, a ONUC lançou ofensiva sobre Katanga, que derrotaria os rebeldes e o movimento secessionista. A República do Congo-Léopoldville recuperou o controle de todo o território. Em maio de 1963, a ONU anunciou o término da sua missão para o fim daquele ano. Os EUA, por conseguinte, iniciaram um programa para capacitar o ANC, em que Mobutu seria peça-chave (FIG. 16, ANEXO P). A região recebeu, então, assessores técnicos e militares, além de armamentos, munições, veículos e caças T-6, pilotados por exilados cubanos recrutados pela CIA (NAMIKAS, 2013).

A ex-URSS, por sua vez, enquanto pressionava pela saída da ONUC, vista como defensora de interesses belgas e estadunidenses, estreitava relações com o governo da RCL. Por outro lado, em nome da instabilidade política e, sobretudo, da fragilidade de Adoula no cargo, apoiava a oposição liderada por Gizenga, a quem, no entanto, via com reservas devido à fragilidade enquanto liderou o movimento rebelde em Orientale e Kivu.

Não surpreende que essa postura ambivalente da ex-URSS estivesse, de fato, correta, pois Adoula era pressionado pela própria base, liderada por Mobutu, denominada *Binza*, e, paralelamente, organizavam-se movimentos dissidentes mais relevantes que o de Gizenga e inspirados em Lumumba, destacando-se aquele que lutaria pela instalação de um regime comunista a leste da RCL: o *Conseil National de Libération*¹⁸ (CNL) ou os *Simbas*¹⁹.

¹⁸ Conselho Nacional de Liberação (NAMIKAS, 2013, tradução nossa).

¹⁹ Palavra oriunda do suaíli, que significa *leões* (NAMIKAS, 2013).

4 LEÕES SEM REI: A REBELIÃO DOS *SIMBAS*

Após a derrota do movimento liderado por Tshombe em Katanga, havia expectativa de que os conflitos iniciados após a independência finalmente terminariam. O CNL, no entanto, liderado pelo ex-integrante do MNC, Christophe Gbenye (1927-2015), optou por luta armada a fim de instalar um Estado independente na porção leste da RCL, exceções feitas ao sul de Katanga e à província de Kasai do Sul (FIG. 17, ANEXO Q).

No início de 1964, coordenadores do CNL, como Laurent Kabila (1939-2001), empreenderam preparativos para a luta armada. No centro de Stanleyville, uma estátua de Lumumba era exibida como símbolo para doutrinar a população local sobre seus feitos. Registre-se, ainda, a veiculação de propagandas anti-imperialistas e antiestadunidenses que incentivavam a adesão de integrantes ao movimento.

As tropas do CNL, autointituladas *Simbas*, por não receberem treinamento adequado eram desprovidas de profissionalismo (FIG. 18, ANEXO R). Esses combatentes tampouco dispunham de acesso a armamentos modernos. Havia, no entanto, a participação de alguns deles em rituais místicos, combinados com o uso de drogas, que significava, em alguma medida, retomada de confiança para que se sentissem encorajados a enfrentar oponentes mais numerosos, melhor treinados e equipados com maior poderio bélico.

A ex-URSS, inicialmente, não apoiou o CNL, no entanto estava interessada no movimento. Prova disso é que orientou agentes da *Komitet Gosudarstvennoy Bezopasnosti* (KGB), lotados em funções diplomáticas, em Léopoldville, a estabelecerem contato com esses líderes. Sabia-se que o movimento dos *Simbas* era inexperiente em táticas de guerrilha. Khrushchev, ainda assim, com alguma relutância, apoiou o movimento de forma discreta e limitada, ao fornecer armas e munições. Houve, também, auxílio financeiro, viabilizado por

meio de Estados partícipes da Zona de Influência Soviética, como a ex-República Democrática Alemã (ex-RDA) e a República Argelina Democrática e Popular²⁰ (NAMIKAS, 2013).

Os EUA, por seu turno, já estavam sob a presidência de Lyndon B. Johnson (1908-1973), que enfrentava desafios no Sudeste Asiático, mas, ainda assim, não deveria ignorar os acontecimentos na África. Em fevereiro de 1964, a propósito, o então Presidente foi informado de que a República de Cuba²¹ treinava alguns de seus cidadãos para que, provavelmente, pudessem ser destacados para combater na região do Congo. Sem a ONU, cuja permanência havia sido prorrogada por mais seis meses, mas que havia confirmado a retirada para o dia 30 de junho de 1964, Johnson concluiu que a CIA seria a única opção para resolver questões de ordem política e militar, enquanto investiria em um projeto sustentável de estabilidade para a RCL (NAMIKAS, 2013).

A guerrilha na porção leste da República do Congo-Léopoldville, por sua vez, constituía-se o maior obstáculo ao governo central, porém não era o único: havia outro movimento, sem relação direta com o CNL, que atuava na província de Kwilu, a sudoeste do território (FIG. 17, ANEXO Q). Em 12 de fevereiro de 1964, forças paramilitares atacaram a cidade de Kikwit (FIG. 19, ANEXO S). Em resposta, Mobutu lançou ofensiva ineficaz do ANC na região, com a qual a ONU recusou-se a cooperar. Houve, então, a necessidade de apoio da CIA, por meio do grupo de aeronaves pilotadas por cubanos recém-recrutados, conhecido como Força Aérea Instantânea²² (NAMIKAS, 2013, p. 190, tradução nossa), que, apesar de ter obtido sucesso em repelir a iniciativa rebelde, não obteve êxito em eliminá-los.

A ineficiência das tropas de Mobutu em Kwilu foi apenas um prenúncio ao então

²⁰ O nome *Argélia* será utilizado em menções futuras à República Argelina Democrática e Popular.

²¹ O presente trabalho, doravante, utilizará o nome *Cuba* para referir-se à República de Cuba.

²² No original em inglês: "*Instant Air Force*".

presidente Johnson sobre as dificuldades que os EUA enfrentariam a leste da República do Congo-Léopoldville. Em abril de 1964, a partir do território da República do Burundi, os *Simbas* deflagraram operações na província de Kivu, marcadas por uma rebelião na cidade de Bukavu. Um mês depois, conquistaram o controle de Uvira (FIG. 17, ANEXO Q). Nas duas situações, as unidades do ANC, sem poder contar com o apoio da população local, fugiram em pânico, abandonando, até mesmo, armamentos.

Os EUA foram obrigados, então, a ampliar o suporte às tropas de Mobutu. Em apoio à CIA, o Departamento de Defesa reforçou a Força Aérea Instantânea, por meio da cessão de caças T-28 e bombardeiros B-26, que seriam pilotados por exilados cubanos contratados, após o término de um treinamento realizado por norte-americanos. Enquanto isso, embora oficialmente a delegação estadunidense na ONU reconhecesse a cessão de aeronaves militares ao governo congolês, era assegurado que nenhum de seus cidadãos participaria diretamente de missões de combate (GLEIJESES, 2002).

Houve necessidade, apesar disso, de deflagrar bombardeio a uma região às margens do Lago Tanganyika, a fim de possibilitar a retomada pelas tropas que combatiam a serviço do governo central, uma vez que os *Simbas* prosseguiram o avanço, em direção à cidade de Albertville²³(FIG. 17, ANEXO Q). Sem que estivesse concluído o treinamento de exilados cubanos para o cumprimento dessa missão, pilotos estadunidenses foram encarregados dessa ação de combate, em que foram utilizados os B-26 cedidos pela Força Aérea dos EUA. Ressalte-se, entretanto, que os envolvidos não integravam as forças armadas. Eram, sim, mercenários com cidadania norte-americana, financiados pela CIA, que, a partir desse episódio, não voltariam a participar diretamente de hostilidades (NAMIKAS, 2013).

²³ Atualmente corresponde à cidade de Kalemie, no sudeste da República Democrática do Congo.

Em junho de 1964, diante dos problemas enfrentados, Kasavubu novamente esteve envolvido em uma disputa política, dessa vez com Adoula. Diante do rival enfraquecido, o então Presidente conseguiu a aprovação de uma nova constituição, que lhe permitia dissolver o governo e nomear outro em caráter transitório, até a realização de eleições. O fato propiciou a queda do então Primeiro-Ministro. Quatro dias antes da retirada definitiva da ONUC, Tshombe, que havia se exilado na Espanha após a derrota em Katanga, retornou à RCL, sendo imediatamente protegido por Mobutu e pelo grupo *Binza*.

Em 9 de julho de 1964, Kasavubu dissolveu o governo e, com a anuência do grupo *Binza* e apoio da Bélgica, convidou Tshombe para formar a autoridade de transição. A escolha conjugou objetivos políticos e militares: a demonstração de coesão interna, por meio da libertação de antigos líderes do MNC, como Gizenga; a viabilização de apoio militar belga a Mobutu, em razão da proximidade de Tshombe com grandes empresas sediadas em Bruxelas; e o reforço de tropas estatais com mercenários e antigos integrantes das forças paramilitares de Katanga, que ainda mantinham ligações com o antigo líder secessionista dessa província. A Bélgica, imediatamente, ofereceu programa de assistência material e técnica ao ANC, prontamente aceito pela RCL (NAMIKAS, 2013).

Os *Simbas*, enquanto isso, avançavam nas províncias a leste da RCL. Após as primeiras vitórias, marcadas pela crueldade da guerrilha, as guarnições do ANC simplesmente abandonavam desordenadamente as cidades, até mesmo as armas foram desprezadas, ao receberem mensagens com ultimatos do CNL. As localidades, dessa forma, foram dominadas sem enfrentamentos. Em julho de 1964, houve rendição sem resistência em Kongolo, Baudouinville²⁴ e Albertville (FIG. 17, ANEXO Q; FIG. 19, ANEXO S). Em 5 de agosto de 1964,

²⁴ Atualmente corresponde à cidade de Kirungu, no sudeste da República Democrática do Congo.

Stanleyville foi controlada por rebeldes em circunstâncias similares, a despeito de dispor de tropa mais disciplinada e de melhor poderio bélico do ANC naquela região.

A vitória dos *Simbas* em Stanleyville, mesmo sem resistência, não deixou de ser sangrenta, pois, uma vez conquistada a localidade, os guerrilheiros atacaram, estupraram e mataram centenas de pessoas por suspeitas infundadas de associação com o Ocidente. Todos os funcionários do consulado dos EUA naquela localidade foram presos e tratados com violência. O comandante das tropas do CNL anunciou que não permitiria a saída de cerca de 1.600 pessoas brancas, de nacionalidades belga, britânica e norte-americana, mantidas no Hotel Victoria, na região central da cidade.

Os *Simbas*, em razão da forma de conduta durante toda a campanha ofensiva, perderam apoio popular. Esse ocaso deveu-se, principalmente, à inabilidade política, incapacidade intelectual, descontrole no trato com os rebeldes e incoerência em relação à ideologia comunista, pois, após cada vitória, a prioridade era desfrutar o luxo de mansões oficiais e saquear riquezas, como ouro e dinheiro (NZONGOLA-NTALAJA, 2002).

A queda de Stanleyville, porém, foi bem recebida por Khrushchev, que prontamente enviou aeronaves com suprimentos à cidade, com a finalidade de abastecer tropas rebeldes. Em comunicado, a ex-URSS acusou os EUA de fornecer paraquedistas e material militar à RCL, e afirmou que intervenções externas que impedissem a autodeterminação dos congolese poderiam levar à escalada de conflitos (NAMIKAS, 2013).

A conquista de Stanleyville pelos *Simbas* provocou reação do então presidente Johnson, que, a princípio, solicitou à Bélgica o envio de tropas à RCL. Embora o pedido tenha sido recusado, em contrapartida, foi enviado a Léopoldville o experiente coronel Frédéric Vandewalle (1912-1994) para organizar e comandar uma brigada composta por mercenários,

antigos paramilitares de Katanga e integrantes do ANC, apoiados por cerca de 60 assessores técnicos belgas. Johnson autorizou, em seguida, o envio de aeronaves de transporte C-130, sem armamentos e operadas por militares norte-americanos, que realizaria o transporte logístico de meios e de combatentes em operações (GLEIJESES, 2002; NAMIKAS, 2013).

Agosto de 1964 ainda foi marcado por uma série de batalhas, espalhadas pela porção leste da RCL (FIG. 20, ANEXO T), com resultados mistos: as tropas do governo central reconquistaram Kongolo, mas perderam o controle de Manono para os rebeldes (FIG. 19, ANEXO S); em seguida, retomaram Baudouinville e obtiveram sucesso em repelir ofensiva do CNL sobre Bukavu; e, finalmente, no fim do mês, obtiveram importante vitória ao expulsarem os *Simbas* que controlavam a cidade de Albertville (FIG. 17, ANEXO Q).

O CNL, que ainda controlava cerca de metade do território da República do Congo-Léopoldville, empreendeu ofensiva em direção à capital, opção que, mais tarde, se provou equivocada, por dividir a tropa rebelde, àquela altura numericamente inferior. Houve mais um erro: acreditava-se no apoio da população conforme os *Simbas* avançassem, o que, não se confirmou e, por esse motivo, comprometeu os objetivos oposicionistas (NAMIKAS, 2013).

Em 5 de setembro de 1964, mesma data em que, quatro anos antes, Kasavubu havia tentado depor Lumumba, Gbenye se aproveitou da situação favorável ao CNL e declarou a independência da República Popular do Congo. Os EUA, paralelamente, tentaram, secretamente, selar acordo com o líder dos *Simbas* a fim de libertar diplomatas presos durante a queda de Stanleyville.

Essa iniciativa dos norte-americanos objetivava diminuir a presença militar na RCL e, adicionalmente, conceder tempo a Vandewalle para reconquistar a principal cidade sob domínio rebelde. A situação no Hotel Victoria, no entanto, era crítica e as ameaças de morte

a reféns estadunidenses e belgas, feitas pelos *Simbas*, gerava tensão, sobretudo no então presidente Johnson, envolvido em plena campanha eleitoral. Diante desse impasse, portanto, chegara o momento de agir.

Os EUA, a partir de outubro, iniciaram negociações com a Bélgica para realizar operação combinada de resgate. O governo belga concordou em ceder, em novembro, um batalhão de paraquedistas, transportados por aeronaves C-130 norte-americanas. Apesar de objetivar oficialmente a libertação de reféns, o planejamento também almejava o desgaste da resistência rebelde, a fim de facilitar a reconquista de Stanleyville por tropas de Vandewalle.

Os rebeldes receberam, ainda em novembro, outros armamentos em aeronaves argelinas, fabricadas na ex-URSS. Havia, ainda assim, suspeitas não confirmadas, por parte dos EUA, de presença de cubanos na RCL. Além disso, panfletos, produzidos em Pequim, foram encontrados por mercenários a serviço do governo central, que incitavam a criação de um Estado comunista no Congo (NAMIKAS, 2013).

A reconquista de Stanleyville por tropas de Vandewalle ainda era a prioridade dos EUA, que preferiam resolver a situação com mínimo custo político e material. Não seria possível, todavia, retomar a cidade sem o apoio da aviação norte-americana. Ao concluir que a intervenção seria inevitável, Johnson autorizou a Operação Dragão Vermelho²⁵ (NAMIKAS, 2013, p. 204, tradução nossa). Aviões C-130, da Força Aérea estadunidense, e tropas belgas presentes na Ilha de Ascensão, avançaram em direção à RCL no dia 23 de novembro de 1964 (FIG. 21, ANEXO U).

Em 24 de novembro, dez aeronaves C-130 norte-americanas transportaram cerca de 320 paraquedistas belgas até o aeroporto de Stanleyville. Parte do efetivo chegou ao Hotel

²⁵ No original em francês: “*Opération Dragon Rouge*”.

Victoria. Houve confrontos entre tropas de operações especiais e rebeldes, que somente portavam armamentos leves (FIG. 22, ANEXO V). Os *Simbas* executaram 39 estrangeiros. Os sobreviventes, incluindo os diplomatas norte-americanos libertados, foram encaminhados a aviões militares, e cerca de 1.600 pessoas foram retiradas (NAMIKAS, 2013).

Nos dias seguintes, após a saída das tropas belgas e das aeronaves estadunidenses, o caminho ficou livre para a reconquista de Stanleyville, cujo esforço principal ficou a cargo do ANC. Embora os objetivos militares tenham sido atingidos, o saldo de mortes, entre 10 e 20 mil congolezes, foi motivo de críticas nos EUA. A imprensa reprovou a condução do presidente Johnson (NAMIKAS, 2013).

Khrushchev, por sua vez, havia sido deposto. Ele foi substituído por Leonid Brezhnev (1906-1982). O novo líder soviético implementou mudanças na política externa, que significaria menor interferência em movimentos revolucionários na África e na Ásia. A ex-URSS, apesar disso, manteve-se crítico em relação às ações norte-americanas na RCL e tentou incrementar suporte material ao CNL. Foram enviados, por meio da ex-RDA, fuzis, carros de combate, granadas e equipamentos de comunicação (FIG. 23, ANEXO W). Esse apoio, todavia, não chegou tempestivamente aos *Simbas* ou ficou sem utilidade, pois as tropas opositoras não detinham conhecimento suficiente para empregá-lo (GLEIJESES, 2002).

Após a Operação Dragão Vermelho, no entanto, Gbenye e outros líderes do CNL fugiram para outros Estados, deixando Kabila no comando do movimento. Se os *Simbas*, mesmo durante o ápice da campanha, enfrentavam sérios problemas relacionados à falta de liderança ou até mesmo de unidade de esforços, o abandono de seus coordenadores, presumidamente para angariar apoio externo à oposição que presidiam, fragilizou ainda mais a sustentabilidade da República Popular do Congo.

No fim de 1964, as tropas rebeldes continuavam a receber apoio externo, dessa vez, porém, proveniente da República de Uganda²⁶ e do Sudão. Em resposta à resistência dos *Simbas*, Kasavubu, Tshombe e Mobutu, iniciaram nova tentativa de eliminar definitivamente o movimento guerrilheiro.

Em 10 de janeiro de 1965, portanto, o governo ordenou a execução de cerca de 500 rebeldes. Enquanto isso, mercenários transportados pela Força Aérea Instantânea realizaram operação para eliminar os *Simbas* nas proximidades de Stanleyville. Eles avançaram em direção às fronteiras com Uganda e Sudão. Ali, cortaram linhas de suprimento do CNL oriundas daqueles Estados, e recuperaram o controle da maior parte de Orientale, além da porção norte de Kivu (FIG. 1, ANEXO A) (ABBOTT, 2014).

Em março de 1965, cerca de 100 voluntários cubanos, comandados por Ernesto Che Guevara (1928-1967), chegaram a Kivu pelo Lago Tanganyika a fim de oferecerem treinamento aos *Simbas* em táticas de guerrilha. Kabila, nesse período, permanecia a maior parte do tempo na República Unida da Tanzânia²⁷ (FIG. 1, ANEXO A), onde, supostamente, organizava a última linha de suprimento disponível ao movimento, sem, no entanto, dispensar os prazeres da riqueza. A conduta do coordenador do CNL, a propósito, foi determinante para que o governo tanzaniano proibisse o tráfico de suprimentos, oriundos da ex-URSS e de outros Estados comunistas, em seu território, a fim de evitar crise diplomática com a RCL (NAMIKAS, 2013).

Ainda que as chances de vitória do CNL fossem irrelevantes, o treinamento coordenado pelos voluntários de Cuba propiciou emboscadas bem-sucedidas a tropas do ANC.

²⁶ O presente trabalho, doravante, utilizará o nome *Uganda* para referir-se à República de Uganda.

²⁷ O nome *Tanzânia* será utilizado em menções futuras à República Unida da Tanzânia.

Entre outubro e novembro de 1965, no entanto, uma ofensiva de mercenários da Força Aérea Instantânea e de tropas do ANC (FIG. 1, ANEXO A), ao sul de Kivu, encerrou definitivamente a Rebelião dos *Simbas*. Enquanto isso, os cubanos fugiram da RCL para a Tanzânia.

A Crise no Congo viveu o capítulo final em outubro de 1965, quando houve mais uma disputa política. A contenda, dessa vez, envolvia Kasavubu e Tshombe. Diante de mais um impasse entre nomes centrais do governo, os EUA perderam a confiança no então Presidente. A Bélgica, por sua vez, sequer intercedeu pela manutenção do Primeiro-Ministro, que, por anos, foi aliado importante. Esse contexto criou, a propósito, condições ideais para que, em 24 de novembro de 1965, Mobutu liderasse um golpe de Estado e assumisse sozinho o poder na República do Congo-Léopoldville, com os apoios estadunidense e belga.

O desfecho dessa crise significou vitória expressiva aos EUA, que, após cinco anos de conflitos, obtiveram êxito em manter a RCL em zona sob influência deles. O suporte estadunidense durante toda a campanha demonstrou aos Estados africanos a disposição em prover ajuda a regimes pró-ocidente.

Sob a perspectiva soviética, no entanto, as suspeitas sobre a desorganização do CNL estavam corretas. Ainda assim, esse fato histórico expôs a deficiência da ex-URSS em sustentar movimentos revolucionários fragilizados, sobretudo aqueles localizados em territórios longínquos. A ascensão de Leonid Brezhnev, aliada ao desinteresse em questões similares à ocorrida na porção leste da RCL, reduziram ainda mais as chances de sucesso de grupos africanos de vertente comunista nos anos seguintes. Esse contexto, portanto, amplificou, sobremaneira, a importância do desfecho da Rebelião dos *Simbas* para o êxito da Política de Contenção dos EUA na África.

5 LEÕES EM NOME DO URSO: A VERDADEIRA GUERRA POR PROCURAÇÃO

A análise da relação entre a Rebelião dos *Simbas* e os fundamentos de Guerra por Procuração possibilita ir além da comparação entre teoria e realidade, pois a concepção científica original, formulada por Deutsch, e o objeto histórico em si, proporcionaram repercussões no decorrer de 1964. Destaque-se, assim, que ambos foram influenciados por um mesmo contexto, em que a ex-URSS e os EUA, popularmente simbolizados, respectivamente, por um urso e por uma águia (FIG. 24, ANEXO X), disputavam hegemonia no Sistema Internacional.

A interação entre políticas de Coexistência Pacífica e de Contenção, portanto, não foi apenas decisiva para criar motivações à concepção dos fundamentos científicos de Deutsch, mas também para influenciar decisivamente acontecimentos ocorridos na Rebelião dos *Simbas* e durante toda a Crise no Congo.

Em relação à teoria de Mumford, a propósito, por tratar-se de atualização que traz a Guerra por Procuração para os conflitos atuais, notadamente referenciada em diversos aspectos da concepção original, é possível concluir, por analogia, a influência decisiva do contexto de 1964 em seus fundamentos. Esse fato, definitivamente, eleva a afinidade com a Rebelião dos *Simbas*, a despeito de defasagem histórica incontestável, além de cancelar relevância ainda maior à análise a ser realizada no presente capítulo.

Observa-se, adicionalmente, ao admitir a concepção teórica de Deutsch ultrapassada, maior relevância em analisar a possibilidade de os eventos ocorridos na antiga RCL, durante a Guerra Fria, constituírem-se aderentes à teoria de Guerra por Procuração utilizada hoje. Existe, pois, a perspectiva de atestar a correlação histórica, na qual o modo pretérito de agir realmente signifique ponto de partida para cenários análogos no futuro.

Pretende-se, assim, examinar se as participações da ex-URSS e dos EUA durante a Rebelião dos *Simbas* aderiram, de fato, à teoria de Mumford. Prioriza-se, portanto, a análise de situações equivalentes aos dois Estados envolvidos nos fatos. Discorre-se, a seguir, separadamente, sobre distinções experimentadas por esses dois atores preponderantes. Ressalte-se, ainda, que, sob os fundamentos de Guerra por Procuração, serão privilegiados, para fins de conclusão, apenas os fatos ocorridos na região geográfica do conflito abordado.

5.1 EQUIVALÊNCIAS ENTRE O URSO E A ÁGUIA NA REBELIÃO DOS *SIMBAS*

Assinale-se, inicialmente, que a teoria atualizada de Guerra por Procuração identifica corretamente os fatos geradores da Rebelião dos *Simbas*, diretamente relacionados a questões internas da RCL, conectadas, por sua vez, à dissidência política e à disputa por poder. Como estimara Mumford, a situação sob análise não se deveu a interesses externos. Depreende-se, assim, que essas condições foram ensejadas posteriormente a fim de que atores externos tentassem influenciar o desfecho, em favor, evidente, de interesses próprios.

Prioriza-se, aqui, por conseguinte, identificar possíveis benfeitores, ou seja, aqueles que, por diferentes formas, apoiaram as partes diretamente envolvidas na contenda. A despeito, no entanto, de a teoria de Mumford contemplar a possibilidade de atores não estatais eventualmente assumirem essa posição, a situação em questão foi caracterizada por ofertas de suporte da ex-URSS e dos EUA, respectivamente, a elementos do CNL e a tropas a serviço do governo central, aderindo-se, por isso, aos primados de Guerra por Procuração.

A ex-URSS e os EUA alicerçados, respectivamente, na Coexistência Pacífica e na

Contenção, executaram estratégias com fins semelhantes. Objetivavam expandir zonas de influência e, ao mesmo tempo, conter o antagonismo, evitando conflitos diretos, que poderiam deflagrar guerra nuclear. Ambos, de acordo com a teoria, participaram por influência combinada de ideologias e interesses econômicos, políticos e estratégicos.

As estratégias, entretanto, diferiram em métodos e meios. A narrativa, dessa forma, prioriza, a seguir, contrastar as atuações da ex-URSS e dos EUA aos fundamentos teóricos de Guerra por Procuração.

5.2 O URSO NA REBELIÃO DOS *SIMBAS*

Embora o apoio da ex-URSS ao CNL tenha sido mais discreto do que a contribuição dos EUA ao regime sediado em Léopoldville, a sustentabilidade do movimento rebelde na porção leste da RCL teria sido ainda menor sem o suporte soviético. Durante toda a Rebelião dos *Simbas*, a KGB foi o elemento de contato entre o regime em Moscou e os guerrilheiros. Ela viabilizou a cessão de armas, munições e recursos financeiros para a campanha, que culminou na conquista de Stanleyville, em 1964. Enfatize-se, adicionalmente, que esse serviço de inteligência não empreendeu ações durante a fase de operações.

Com Stanleyville sob controle, então, a ex-URSS prontamente enviou aeronaves com suprimentos, com a finalidade de abastecer as tropas rebeldes. Tomou, complementarmente, medidas diplomáticas para dissuadir os EUA de oferecer apoio a eventuais tentativas de retomada do território conquistado pelo CNL.

Atesta-se, adicionalmente, procedimento habitual em prestar apoio financeiro e

material por meio de outros Estados, alinhados com a ex-URSS, como nos casos em que o CNL recebeu armamentos de fabricação soviética por intermédio da Argélia. Outro exemplo veio da ex-RDA, que, por sua vez, enviou fuzis, carros de combate, granadas e equipamentos de comunicação, que, no entanto, em sua maioria, não chegaram em tempo aos rebeldes.

Ressalte-se que a atuação soviética na Rebelião dos *Simbas* resumiu-se à intermediação da KGB, que foi responsável por enviar, diretamente ou por intermédio de outros Estados, material bélico, recursos financeiros e suprimentos a guerrilheiros. Essa atuação enquadra-se, portanto, sob os fundamentos de Guerra por Procuração, na categoria de envolvimento indireto, mantendo-se, assim, aderente à teoria de Mumford.

5.3 A ÁGUIA NA REBELIÃO DOS *SIMBAS*

Revele-se, a propósito, que a participação estadunidense começou antes mesmo da própria campanha rebelde, pois Mobutu havia sido cooptado pela CIA já no início da Crise no Congo. Após a vitória sobre o movimento de secessão em Katanga, ele trabalhou em conjunto com assessores técnicos militares dos EUA em um programa de capacitação do ANC.

Registre-se, fundamentalmente, a cessão de armamentos, munições e veículos às tropas comandadas por Mobutu. Ofereceu-se, além disso, caças T-6, para a criação da Força Aérea Instantânea, cujos pilotos, de origem cubana, foram recrutados pelo serviço de inteligência norte-americano. Dessa forma, quando o movimento guerrilheiro a leste da RCL ganhou relevância, o apoio prestado pelos EUA já havia contribuído significativamente para que o ANC estivesse em situação mais favorável.

A participação dos EUA consistiu majoritariamente em ações coordenadas pela CIA, a fim de, sobretudo, prestar apoio às forças a serviço do regime sediado em Léopoldville. Esse trabalho, a propósito, foi dividido em três eixos principais: financeiro; técnico e material. Não foram realizadas ações do serviço de inteligência norte-americano com emprego de agentes no teatro de operações, em proveito de qualquer tropa às ordens do governo da RCL.

Os EUA contribuíram financeiramente para o desenvolvimento do ANC. Foram decisivos, ainda, na contratação de mercenários cubanos como pilotos para a Força Aérea Instantânea e de norte-americanos para treiná-los. Custearam, ainda, a incorporação de guerrilheiros à Força comandada pelo coronel Vandewalle.

Em relação ao aspecto técnico, desde o término do movimento de secessão em Katanga, os EUA mantiveram assessores militares na RCL em apoio à capacitação do ANC. A CIA foi encarregada de treinar mercenários cubanos para a Força Aérea Instantânea.

Os EUA, a respeito de apoio material, contribuíram com armamentos, munições e veículos às tropas a serviço do governo central. Cederam, ainda, caças T-28 e bombardeiros B-26 para o reforço da Força Aérea Instantânea. Essas decisões incrementaram o potencial bélico e material do ANC e, a seguir, propiciaram às tropas comandadas por Vandewalle, capacidade de enfrentamento superior à apresentada por rebeldes do CNL.

A atuação dos EUA, sob a perspectiva desses aspectos, adere, portanto, à teoria de Guerra por Procuração. Essa chancela advém do financiamento de mercenários, da natureza das Operações Encobertas realizadas pela CIA, do envio de assessores militares para o treinamento de forças, e, ainda, da provisão de suprimentos, armamentos e meios de combate, mesmo que tenham contribuído para o desempenho operacional de tropas a serviço do governo da RCL.

Há, todavia, outras três questões que demandam análises pormenorizadas a fim de que se possa atestar a atuação direta dos EUA na Rebelião dos *Simbas*. São elas: o bombardeio durante os ataques do CNL às margens do Lago Tanganyika; o apoio de transporte logístico de meios e efetivos da força comandada por Vandewalle, com emprego de aeronaves militares C-130; e a participação estadunidense na Operação Dragão Vermelho.

No caso do bombardeio à ofensiva do CNL às margens do Lago Tanganyika, as aeronaves B-26 da Força Aérea Instantânea foram conduzidas por cidadãos norte-americanos, uma vez que não havia sido concluído o treinamento de pilotos cubanos. Os envolvidos, no entanto, não integravam as forças armadas. Eram, pois, mercenários financiados pela CIA. De acordo com os fundamentos teóricos de Mumford, portanto, o envolvimento indireto caracteriza-se pelo fato de não se tratar de tropas oficiais dos EUA, mas, sim, de elementos paramilitares remunerados pelo serviço de inteligência, ainda que com o emprego de bombardeiros cedidos pela Força Aérea do Estado em questão. Essa especificidade da atuação estadunidense incorpora-se à conceituação de Guerra por Procuração.

Reitere-se, porém, a respeito do apoio oferecido ao transporte logístico de meios e efetivos comandados pelo coronel Vandewalle, com emprego de aeronaves militares C-130: os EUA, quando solicitaram à Bélgica o envio de militares para combater os *Simbas*, tentaram, segundo a teoria de Mumford, que uma força substituta representasse interesses estratégicos, situação, pois, a denotar envolvimento indireto em conflitos.

O governo belga, por sua vez, atendeu ao pedido dos EUA por meio de uma brigada composta por mercenários que haviam atuado em Katanga e integrantes do ANC. Contribuiu, ainda, com apoio financeiro, cessão de assessores militares e de um oficial do Exército da Bélgica, o coronel Vandewalle. Segundo a teoria de Mumford, mesmo assim, essa

força ainda poderia ser classificada como substituta.

Os EUA, em face da resposta assertiva dos belgas à sua solicitação, cederam aeronaves militares C-130, operadas por pilotos da sua Força Aérea, a fim de permitir o transporte logístico de meios e efetivos em operações. Caso tivessem apenas cedido os aviões, com tripulações mercenárias, ou mesmo sem elas, essa intervenção permaneceria sob caracterização apenas indireta.

Essas aeronaves, entretanto, foram conduzidas por militares norte-americanos, que transportaram material e pessoal para operações de combate no contexto da Rebelião dos *Simbas*, em diversos pontos do território da RCL. Houve, portanto, ainda que discretamente, a participação direta de tropas oficiais estadunidenses em conflitos. Essa evidência, por seu turno, não vincula a atuação dos EUA à teoria de Guerra por Procuração.

Em relação à Operação Dragão Vermelho, por sua vez, ainda que priorizasse o resgate de reféns sob domínio de guerrilheiros, objetivava, ainda, alcançar vantagens militares, visto que elegia efeitos secundários de neutralizar efetivos do CNL, a fim de facilitar a retomada de Stanleyville pelas tropas a serviço do governo da RCL. Em razão dessas motivações operacionais, portanto, a intervenção realizada por tropas belgas, transportadas em aeronaves operadas por integrantes das forças armadas norte-americanas, consubstancia-se ação hostil direta, durante a Rebelião dos *Simbas*. Essa constatação, pois, também afasta a atuação dos EUA do primado teórico de Guerra por Procuração.

5.4 SIMBAS POR PROCURAÇÃO

Ateste-se, assim, que a Rebelião dos *Simbas* se traduz em rico exemplo de análise

e compreensão sobre a Guerra por Procuração. Não somente por diferenças entre as atuações dos EUA e da ex-URSS, mas também pela presença de outros atores cujas participações também podem ser confrontadas sob a teoria de Mumford.

Mencione-se, dessa forma, mesmo excedendo o propósito do presente trabalho, as evidências da falta de aderência de outro participante à teoria de Guerra por Procuração, especificamente durante a Rebelião dos *Simbas*. Trata-se da participação direta da Bélgica nos conflitos, consagrada por atuação objetiva do coronel Vandewalle, que comandou tropas, e por ação de paraquedistas belgas durante a Operação Dragão Vermelho.

Afirme-se, pois, ao confrontar a Rebelião dos *Simbas* com a teoria de Guerra por Procuração, que os EUA participaram diretamente nos conflitos. Atuaram, portanto, sem aderência à teoria de Mumford. Essa conclusão deve-se ao emprego de aeronaves C-130, tripuladas por militares norte-americanos, durante a Operação Dragão Vermelho. Outra evidência advém do apoio estadunidense à força comandada pelo coronel Vandewalle em operações de combate.

A ex-URSS, por sua vez, atuou de forma indireta durante o movimento rebelde do CNL. Assevera-se, assim, que essa participação aderiu à teoria de Mumford.

Alcança-se, então, o propósito do presente trabalho, ao afirmar que, na interação entre a Contenção e a Coexistência Pacífica na RCL, a Águia, embora tenha tentado utilizar-se de força substituta, envolveu-se diretamente nos conflitos. Sob outra perspectiva, no entanto, o Urso empreendeu verdadeiramente uma Guerra por Procuração, ao utilizar o movimento dos *Simbas* em prol de interesses próprios.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha da teoria de Mumford deu-se em nome da reincidência do tema Guerras por Procuração em produções acadêmicas, em textos publicados na imprensa e até mesmo em postagens em redes sociais. Em razão dessa popularização, todavia, era provável que essas citações, frequentemente, fossem feitas de forma superficial, distantes, pois, de fundamentos teóricos, essenciais para atestar características intrínsecas e chancelar a aderência devida.

Concebeu-se acreditar no conceito de Guerra por Procuração como prática inerente a grandes potências em conflitos localizados em regiões menos desenvolvidas. O continente africano, sob essa perspectiva questionável, pareceu constituir cenário próprio a eventos marcados por hostilidades, nas quais seria possível aplicar a teoria de Mumford. A escolha da República Democrática do Congo para o estudo realizado, portanto, foi reflexo da importância na África e no Entorno Estratégico Brasileiro.

Sugeriu-se realizar um estudo, diante da recorrência de menções à Guerra por Procuração e da importância da República Democrática do Congo no contexto africano, que os analisasse conjuntamente. Entendeu-se, pois, desde o princípio dessa pesquisa, adequada a escolha da Rebelião dos *Simbas* pela importância histórica e por ser contemporânea ao modelo proposto por Deutsch, que forneceu bases para a versão atualizada, proposta por Mumford.

Apresentou-se inicialmente os fundamentos teóricos, capazes de demonstrar como o contexto da Guerra Fria alicerçou a proposta original de Guerra por Procuração. Observou-se, aqui, a importância da Contenção e da Coexistência Pacífica para viabilizar a intervenção indireta utilizada pelos EUA e pela ex-URSS, pilar fundamental dessa teoria.

Expôs-se, a seguir, a conceituação original de Guerra por Procuração, formulada

por Deutsch, centrada exclusivamente nos Estados e que atribuía as causas de hostilidades a interesses externos. Dissertou-se, finalmente, sobre a atualização proposta por Mumford, que manteve a intervenção indireta como principal fundamento, porém ampliou significativamente a aplicação, ao indicar que atores externos utilizam conflitos preexistentes, em vez de constituírem-se elementos geradores.

Priorizou-se, após os fundamentos da Guerra por Procuração, abordar parte da história da República Democrática do Congo, desde o nascimento do ELC até os primeiros anos da década de 1960, com ênfase em antecedentes para o surgimento da Rebelião dos *Simbas*, ocorrida a leste da RCL. O modelo belga de colonização, associado às intervenções indiretas dos EUA e da ex-URSS, foram determinantes para eclodir o movimento revolucionário do CNL.

Tratou-se, na sequência, da Rebelião dos *Simbas*, cujos fatos, diante da fragilidade dos atores internos, foram influenciados decisivamente por potências estrangeiras, que, no entanto, mantiveram as práticas recorrentes do contexto de bipolaridade da Guerra Fria, evitando, a todo custo, embate de proporções nucleares. Promoveu-se, a seguir, o contraste entre a teoria de Guerra por Procuração, proposta por Mumford, com o conflito selecionado.

Elucidou-se, assim, questionamentos complementares, citados na introdução, essenciais ao propósito, do presente trabalho, de responder se as atuações dos EUA e da ex-URSS, durante a Rebelião dos *Simbas*, conceberam-se aderentes à teoria de Guerra por Procuração, de Andrew Mumford.

A resposta à questão central divergiu da visão empírica, que classifica como Guerra por Procuração a atuação de Estados que se envolvem em conflitos sem combaterem abertamente. Chegou-se à conclusão de que apenas a ex-URSS aderiu à teoria de Mumford. Os EUA, por sua vez, participaram diretamente das hostilidades.

Observou-se, ademais, aspectos que extrapolam o propósito da pesquisa, dentre os quais destaca-se a importância da Rebelião dos *Simbas* à consolidação da Política de Contenção dos EUA na África, e a atuação belga, que se manteve fora do primado de Guerra por Procuração.

A escolha pela Rebelião dos *Simbas*, pois, foi adequada, não somente pelo objetivo do trabalho de contrastar a teoria de Mumford ao acontecimento, mas por demonstrar aplicabilidade retroativa do modelo atualizado de Guerra por Procuração em conflitos da Guerra Fria. Essa opção foi capaz ainda de superar a comparação entre teoria e realidade, dada a influência coincidente de intervenções externas indiretas, impostas pelo contexto que envolvia a Contenção e a Coexistência Pacífica, ao modelo proposto por Deutsch, que, assim, norteou a versão atual de Guerra por Procuração, e à Crise do Congo, em que o objeto histórico ora pesquisado foi uma das etapas derradeiras.

A teoria de Mumford, afinal, é aderente a outros conflitos na África durante a Guerra Fria? As participações de atores externos em guerras civis na República Democrática do Congo, nas décadas de 1990 e 2000, aderiram à Guerra por Procuração? A análise de outros eventos, ocorridos em diferentes momentos históricos, poderão complementar os resultados obtidos, razão pela qual se sugere as questões supracitadas para pesquisas futuras.

Destaque-se, sobretudo, que a classificação da participação externa em conflitos como Guerra por Procuração não é tarefa trivial, pois demanda análise minuciosa, alicerçada em preceitos teóricos precisos e criteriosos. Isso é o que o resultado do presente trabalho sugere. Recomenda-se, por isso, consolidar linhas de pesquisas geopolíticas e estratégicas, com ênfase nesse tema, a fim de ampliar, sobremaneira, a consciência sobre contendas atuais e a compreensão acerca de eventos futuros.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Peter. **Modern african wars** (4): the Congo 1960-2002. Oxford: Osprey Publishing, 2014. p. 2-19.

BRISCOE, Charles H. Congo rescue: 1960. **Veritas – Journal of Army Special Operations History**, Fort Bragg, v. 14, n. 1, p. 9–12, [June] 2018. Disponível em: <https://arsof-history.org/articles/pdf/v14n1_congo.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

COLONIAL postcards from a disturbing past, 1890-1914. **Rare Historical Photos**, Dec. 2021. Disponível em: <<https://rarehistoricalphotos.com/colonial-postcards-pictures-1890-1914/>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

DEUTSCH, Karl W. External involvement in internal war. *In*: ECKSTEIN, Harry (ed.). **Internal war: problems and approaches**. Nova York: Free Press of Glencoe, 1964. p. 100–110.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). National Archives. **Truman doctrine**: 1947. Washington, DC, 12 mar. 1947. 7 f. Disponível em: <<https://www.archives.gov/milestone-documents/truman-doctrine>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

FATHER stares at the hand and foot of His five-year-old, severed as a punishment for failing to make the daily rubber quota, Belgian Congo, 1904. **Rare Historical Photos**, Nov. 2021. Disponível em: <<https://rarehistoricalphotos.com/father-hand-belgian-congo-1904/>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

FRANÇA, Júnia Lessa *et al.* **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. 240 p.

GERRAS, Stephen J. **Strategic leadership primer**. 3. ed. Carlisle Barracks: United States Army War College, 2010. cap. 2.

GLEIJESES, Piero. **Conflicting missions**: Havana, Washington and Africa, 1959-1976. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2002. cap. 3.

KENNAN, George F. The sources of soviet conduct. **Foreign Affairs**, Nova York, n. 25, p. 566-582, July 1947. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/russian->

federation/1947-07-01/sources-soviet-conduct>. Acesso em: 23 abr. 2022.

KHRUSHCHEV, Nikita S. On peaceful coexistence. **Foreign Affairs**, Nova York, n. 38, p. 1–18, Oct. 1959. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1959-10-01/peaceful-coexistence>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

LENIN, Vladimir I. Political Report of the Central Committee. *In*: EXTRAORDINARY SEVENTH CONGRESS OF THE R.C.P.(B.), 7., 1918, Moscou. **Anais** [...]. Moscou: Lenin's *Collected Works*, Progress Publishers, 1918. p. 85-158. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1918/7thcong/index.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

LIKAKA, Osumaka. **Naming colonialism**: history and collective memory in the Congo, 1870-1960. Madison: The University of Wisconsin Press, 2009. cap. 2.

MACKINDER, Halford J. **Democratic ideals and reality**. Nova York: Henry Holt and Company, 1919. cap. VI.

MUMFORD, Andrew. **Proxy warfare**. Cambridge: Polity Press, 2013. 141 p.

MUMFORD, Andrew. **School of Politics and International Relations**. Nottingham: University of Nottingham, [2021]. Disponível em: <<https://www.nottingham.ac.uk/politics/people/andrew.mumford>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

NAMIKAS, Lise. **Battleground Africa**: cold war in the Congo, 1960-1965. Washington, DC: Woodrow Wilson Center Press, 2013. cap. 4–13.

NZONGOLA-NTALAJA, Georges. **The Congo from Leopold to Kabila**: a people's history. Nova York: Zed Books, 2002. p. xvi, p. 13–54, p. 141–168.

OJO, Nathaniel. The eagle and the bear: American and Russian Visual Depictions of the Other. **Umma Exchange - University of Michigan Museum of Art**, Ann Arbor, 05 abr. 2021. Disponível em: <<https://exchange.umma.umich.edu/resources/43744/view>>. Acesso em: 19 jul. 2022.

PEASE, Lisa. **The mysterious death of a UN hero**. Assassination archives and research center. Silver Spring, 17 mar. 2015. Disponível em: <<https://aarclibrary.org/the-mysterious-death-of-a-un-hero-by-lisa-pease/>>. Acesso em: 21 jun. 2022.

PORTER, Bruce D. **The USSR in third world conflicts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. cap. 2.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign intervention in Africa: from the cold war to the war on terror**. Nova York: Cambridge University Press, 2013. p. 66, p. 71.

SPYKMAN, Nicholas J. **The geography of the peace**. Nova York: Harcourt, Brace and Company, 1944. cap. IV-V.

STALIN, Josef V. [**On the Final Victory of Socialism in the U.S.S.R.**]. Destinatário: Ivan Philipovich Ivanov. Moscou, 12 fev. 1938. 1 carta. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1938/01/18.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

STALIN, Josef V. Speech delivered by J. V. Stalin at a meeting of voters of the Stalin electoral district, Moscow. *In: The pamphlet collection, J. Stalin, speeches delivered at meetings of voters of the Stalin electoral district*. Moscou: Foreign Languages Publishing House, 1950. p. 19-44. Disponível em: <<https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116179.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2022.

STEARNS, Jason K. **Dancing in the glory of monsters: the collapse of the Congo and the great war of Africa**. Nova York: Public Affairs, 2012. p. 3-10.

TÖDT, Daniel. **The Lumumba generation: african bourgeoisie and colonial distinction in the Belgian Congo**. Berlim: Walter de Gruyter GmbH, 2021. p. 4, p. 341.

VANTHEMSCHE, Guy. **Belgium and the Congo, 1885 – 1980**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. cap. 1.

ZEILIG, Leo. **Patrice Lumumba: Africa's lost leader**. Londres: Hope Road, 2008. p. 51–100.

ANEXOS

ANEXO A



FIGURA 1 – Mapa das províncias da República do Congo-Léopoldville.

Fonte: PEASE, 2015.

ANEXO B



FIGURA 2 – Congolezes trabalhando na produção de borracha, em 1897.
Fonte: LIKAKA, 2009, p. 34.

ANEXO C



FIGURA 3 – Congolês observando os membros decepados do próprio filho, em 1904.
Fonte: FATHER..., 2021.

ANEXO D



FIGURA 4 – Orfanato de missionárias no Congo Belga.
Fonte: COLONIAL..., 2021.

ANEXO E



FIGURA 5 – Família de *évolués* em Léopoldville, entre as décadas de 1940 e 1950.
Fonte: TÖDT, 2021, p. 4.

ANEXO F



FIGURA 6 – Reunião política de *évolués*, em 1959.
Fonte: TÖDT, 2021, p. 341.

ANEXO G

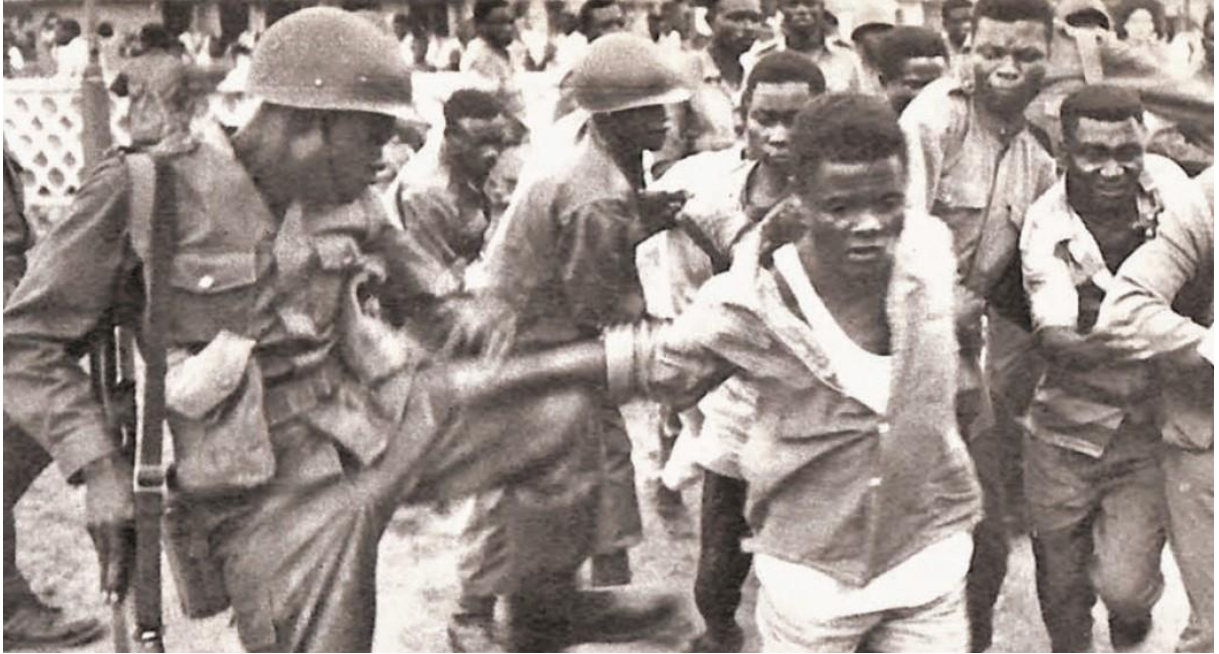


FIGURA 7 – Repressão a protesto de congolezes por membros da *Force Publique*.
Fonte: BRISCOE, 2018, p. 9.

ANEXO H



FIGURA 8 – Dia da Independência da República do Congo-Léopoldville.
Fonte: BRISCOE, 2018, p. 9.

ANEXO I



FIGURA 9 – Tropa da *Force Publique*, comandada por oficial belga, em julho de 1960.
Fonte: ABBOTT, 2014, p. 4.

ANEXO J



FIGURA 10 – Militares do *Armée Nationale Congolaise*.
Fonte: ABBOTT, 2014, p. 15.

ANEXO K



FIGURA 11 – Mapa das regiões em crise na RCL, entre 1960 e 1963.
Fonte: BRISCOE, 2018, p. 10.

ANEXO L



FIGURA 12 – Membros do contingente irlandês da ONUC, em 1960.
Fonte: ABBOTT, 2014, p. 11.

ANEXO M



FIGURA 13 – Prisão de Patrice Lumumba, em 1960.
Fonte: BRISCOE, 2018, p. 12.

ANEXO N



FIGURA 14 – Membros do contingente irlandês da ONUC em operação.
Fonte: ABBOTT, 2014, p. 12.

ANEXO O



FIGURA 15 – Moïse Tshombe com o Comandante belga das forças de Katanga, em 1961.
Fonte: SCHMIDT, 2013, p. 66.

ANEXO P



FIGURA 16 – John Kennedy e Mobutu, na Casa Branca, em 13 de junho de 1963.
Fonte: SCHMIDT, 2013, p. 71.

ANEXO Q

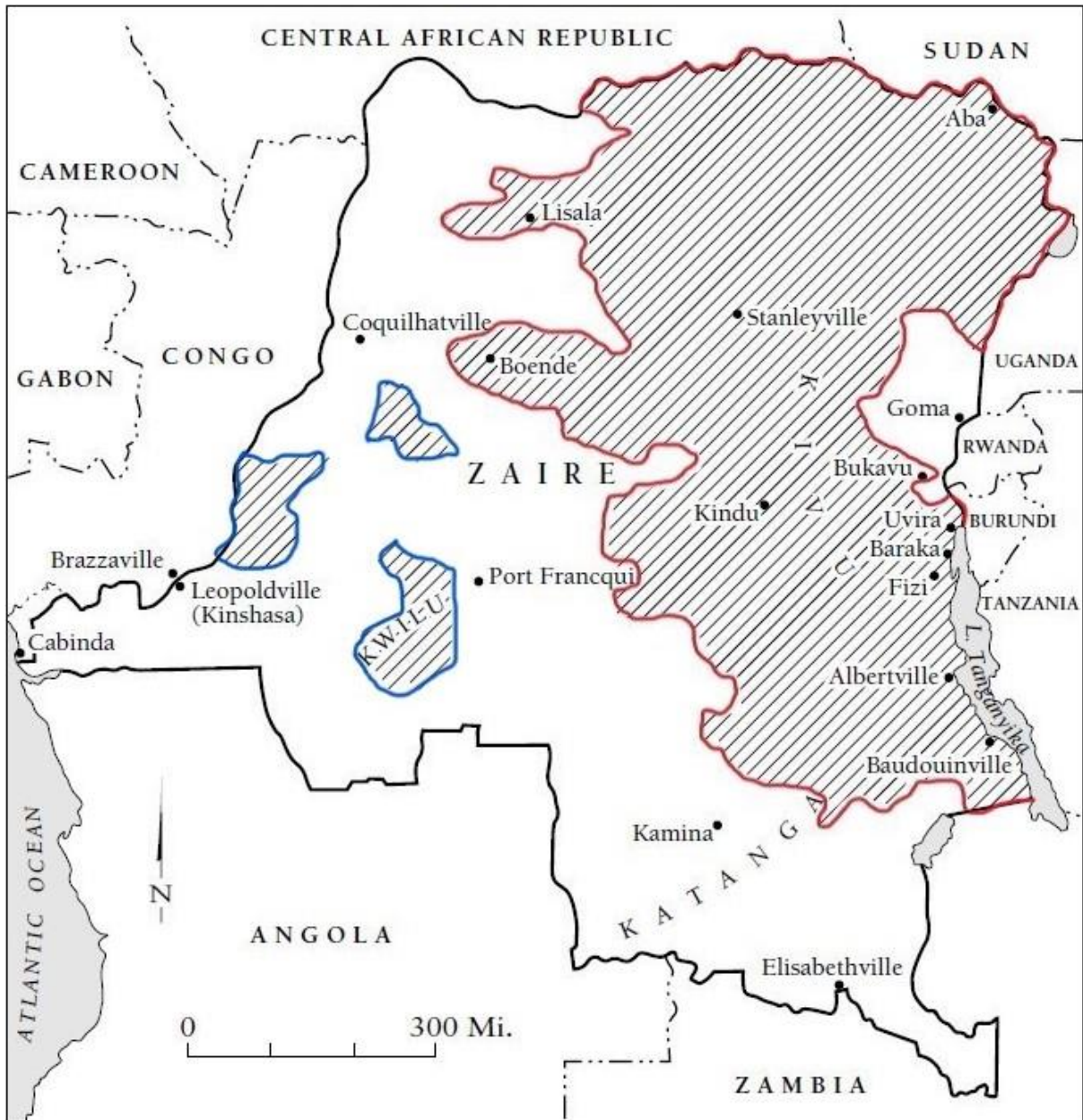


FIGURA 17 – Mapa das regiões controladas por rebeldes em 1964.

Fonte: GLEIJESES, 2002, p. 65.

Nota: Dados trabalhados pelo autor, para fins didáticos. A área circulado em vermelho corresponde à região controlada pelo Movimento dos *Simbas*, no ápice da sua campanha, em 1964. Os setores circulos em azul foram controlados por rebeldes sem ligação com o CNL.

ANEXO R



FIGURA 18 – *Simbas*, em 1964.
Fonte: ABBOTT, 2014, p. 2.

ANEXO S



FIGURA 19 – Mapa da República Democrática do Congo.

Fonte: NZONGOLA-NTALAJA, 2002, p. xvi.

Nota: Dados trabalhados pelo autor, para fins didáticos. O presente anexo destaca em vermelho a localização das cidades de Kikwit, Kongolo e Manono, que são citadas no capítulo 4, porém não são encontradas nos mapas anteriormente apresentados.

ANEXO T



FIGURA 20 – Mercenários, a serviço do governo central, em combate a leste da RCL.
Fonte: ABBOTT, 2014, p. 19.

ANEXO U

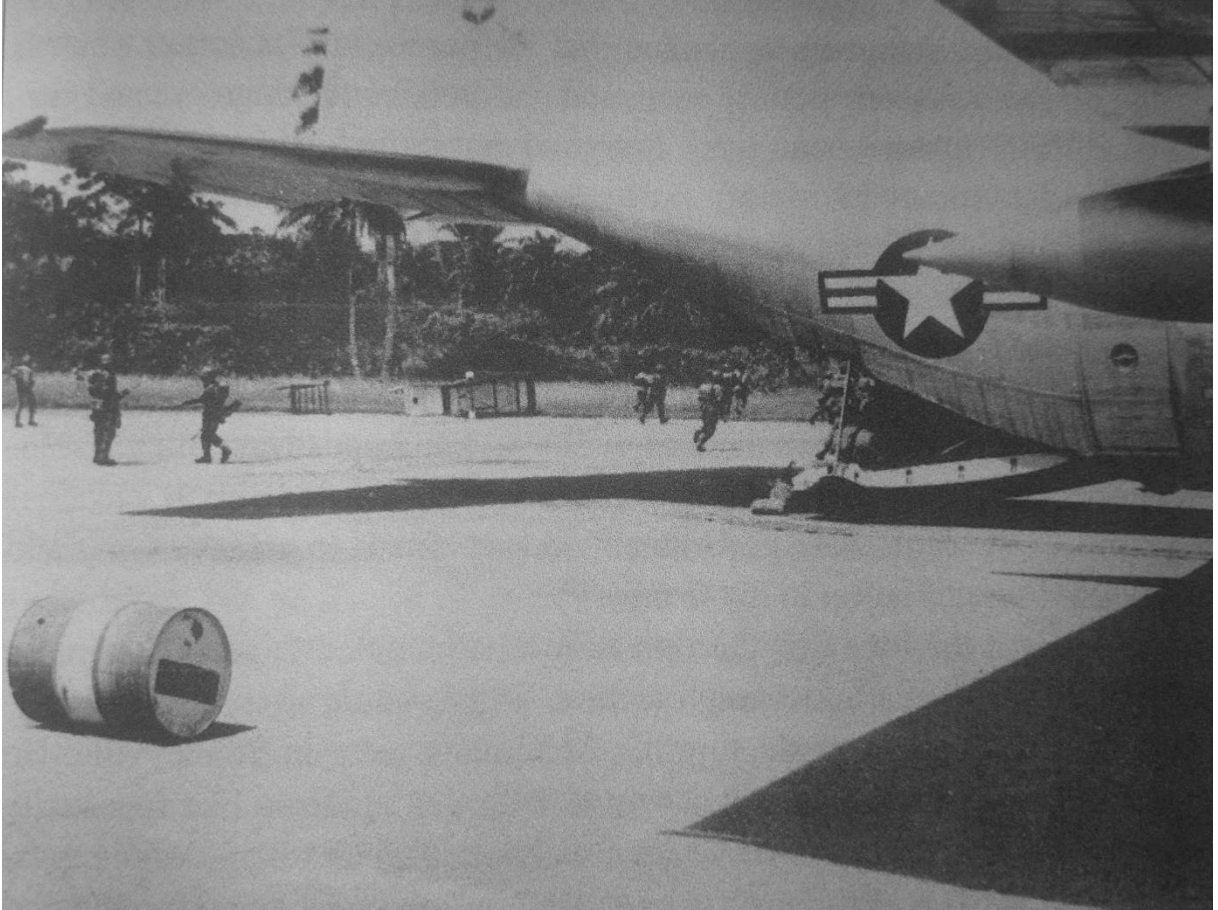


FIGURA 21 – Aeronave C-130, da Força Aérea dos EUA, na Operação Dragão Vermelho.
Fonte: NAMIKAS, 2013, p. 207.

ANEXO V



FIGURA 22 – Paraquedistas belgas, em Stanleyville, na Operação Dragão Vermelho.
Fonte: ABBOTT, 2014, p. 19.

ANEXO W



FIGURA 23 – Armamentos fabricados na ex-URSS, encontrados a leste da RCL.
Fonte: NAMIKAS, 2013, p. 211.

ANEXO X



FIGURA 24 – O Urso e a Águia, símbolos da ex-URSS e dos EUA.
Fonte: OJO, 2021.